



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 27.04.2021

INÍCIO: 18h36min

PRESIDENTE: SR. CIRONE DEIRÓ

SECRETÁRIO: SR. EYDER BRASIL

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 20ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, eu solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Autorizada a dispensa da leitura da ata, e que seja publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem lidas e apreciadas.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 432/2020 DO PODER DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas noturnas a adotarem medida de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 432/2020 de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes e casas noturnas a adotarem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Deputado.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 415/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre o abandono material e afetivo da pessoa idosa e dá outras providências.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 415/2020 de autoria do Deputado

Eyder Brasil, que "Dispõe sobre o abandono material e afetivo da pessoa idosa e dá outras providências."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Deputado.

O SR. EYDER BRASIL(Secretário) - PROJETO DE LEI 434/2020 DO DEPUTADO ANDERSON PEREIRA. Altera a Lei no 4.394, de 03 de outubro de 2018, que torna obrigatório o ensino da disciplina de Língua Espanhola no currículo do ensino médio da rede estadual de ensino do Estado de Rondônia, ao lado da Língua Inglesa, conforme artigo 35 da Lei Federal nº 9.394/1996, alterada pela Lei Federal no 13.415/17.

O SR. CIRONE DEIRÓ(Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 434/2020 de autoria do Deputado Anderson Pereira, que "Altera a Lei no 4.394, de 03 de outubro de 2018, que torna obrigatório o ensino da disciplina de Língua Espanhola no currículo do ensino médio da rede estadual de ensino do Estado de Rondônia, ao lado da Língua Inglesa, conforme artigo 35 da Lei Federal nº 9.394/1996, alterada pela Lei Federal no 13.415/17."

Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL(Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 590/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui o Projeto

gravidez segura de prevenção à SAF - Síndrome Alcoólica Fetal, e dá outras providências, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 590/2020 de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Institui o Projeto gravidez segura de prevenção à SAF - Síndrome Alcoólica Fetal, e dá outras providências, no âmbito do Estado de Rondônia."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 626/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a criação de uma plataforma digital, que forneça informações sobre o andamento e os gastos com obras públicas, no Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 626/2020 de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Dispõe sobre a criação de uma plataforma digital, que forneça informações sobre o andamento e os gastos com obras públicas, no Estado de Rondônia."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL(Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 668/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Regulamenta o funcionamento das casas de apoio, estabelecendo direitos mínimos para os pacientes atendidos por referidas instituições no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 668/2020 de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Regulamenta o funcionamento das casas de apoio, estabelecendo direitos mínimos para os pacientes atendidos por referidas instituições no âmbito do Estado de Rondônia."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL(Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 697/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL.Cria o Programa de Incentivo à Produção e Distribuição de Energia Limpa do Estado de Rondônia - PROELIMP/RO.

O SR. CIRONE DEIRÓ(Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 697/2020 de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Cria o Programa de Incentivo à Produção e Distribuição de Energia Limpa do Estado de Rondônia - PROELIMP/RO."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 693/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Determina como prioritário o tratamento diferenciado nas aquisições públicas no Estado de Rondônia, para microempresas e empresas de pequeno porte durante a vigência do Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020 que "Declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 693/2020 de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Determina como prioritário o tratamento diferenciado nas aquisições públicas no Estado de Rondônia, para microempresas e empresas de pequeno porte durante a vigência do Decreto nº 24.887, de 20 de março de 2020 que "Declara Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Rondônia."".

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (1º Secretário) - PROJETO DE LEI 733/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a realização de análise para detecção da presença de agrotóxicos nas

águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano, no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 733/2020, de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Dispõe sobre a realização de análise para detecção da presença de agrotóxicos nas águas sob o domínio estadual e na água destinada ao consumo humano, no âmbito do Estado de Rondônia."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 782/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Institui a Campanha Dezembro Verde - Não ao Abandono de Animais no Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 782/2020, de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Institui a Campanha Dezembro Verde - Não ao Abandono de Animais no Estado de Rondônia."

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 804/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre o oferecimento na rede pública de saúde do Estado de Rondônia, exames e avaliação para diagnóstico precoce do autismo, tratamento para os portadores do transtorno e apoio aos familiares dos pacientes com autismo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 804/2020, de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Dispõe sobre o oferecimento na rede pública de saúde do Estado de Rondônia, exames e avaliação para diagnóstico precoce do autismo, tratamento para os portadores do transtorno e apoio aos familiares dos pacientes com autismo.".

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Deputado.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 808/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Autoriza o Poder Executivo a instituir um plano de emergência para a entrega regular de remédios aos doentes crônicos durante a pandemia (COVID-19), no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 808/2020, de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir um plano de emergência para a entrega regular de remédios

aos doentes crônicos durante a pandemia (COVID-19), no âmbito do Estado de Rondônia."

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 824/2020 DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Altera os §§1º e 2º do artigo 1º da Lei Estadual nº 4.782, de 27 de maio de 2020, que "Cria a indenização por exposição obrigatória ao novo Coronavírus - COVID - 19, aos servidores dos serviços essenciais que estejam em exercício na área da Saúde e Segurança Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo que perdurar o estado de Calamidade Pública."

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 824/2020, de autoria do Deputado Eyder Brasil, que "Altera os §§1º e 2º do artigo 1º da Lei Estadual nº 4.782, de 27 de maio de 2020, que "Cria a indenização por exposição obrigatória ao novo Coronavírus - COVID - 19, aos servidores dos serviços essenciais que estejam em exercício na área da Saúde e Segurança Pública do Estado de Rondônia, pelo prazo que perdurar o estado de Calamidade Pública.""

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 858/2020 DO DEPUTADO CHIQUINHO DA EMATER. Altera a redação da ementa e do artigo 1º da Lei nº 2.024, de 19 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado e dá outras providências".

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 858/2020, de autoria do Deputado Chiquinho da Emater, que "Altera a redação da ementa e do artigo 1º da Lei nº 2.024, de 19 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado e dá outras providências.""

Para discutir. Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 899/2020 DO DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista - TEA.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 899/2020, de autoria do Deputado Cirone Deiró, que "Dispõe sobre o prazo de validade do Laudo Médico Pericial que atesta o Transtorno do Espectro Autista - TEA."

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - PROJETO DE LEI 943/2021 APENSADO AO PROJETO DE LEI 972/2021, DOS DEPUTADOS DR. NEIDSON E EYDER BRASIL. Institui o Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho no âmbito do Estado de Rondônia, visando combater e prevenir à Violência contra a Mulher.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) -Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 943/2021, dos Deputados Dr. Neidson e Eyder Brasil, que "Institui o Programa de Cooperação e o Código Sinal Vermelho no âmbito do Estado de Rondônia, visando combater e prevenir a Violência contra a Mulher."

Encerrada a discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Senhor Secretário.

O SR. EYDER BRASIL (Secretário ad hoc) - Não há mais matéria, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia.

Eu quero aqui suspender a Sessão para o Presidente vir aqui e tornarmos numa Sessão especial, porque nós temos

aqui o convite do Secretário Fernando Máximo e do Secretário de Educação Suamy Lacerda.

Então, neste momento, nós vamos suspender a Sessão para que o Presidente venha e vamos tornar uma Comissão Geral.

Está suspensa.

(Suspende-se esta Sessão Extraordinária às 18 horas e 50 minutos e reabre-se às 19 horas e 08 minutos)

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Senhores Deputados, vamos reabrir a Sessão e, antes de transformar em Comissão Geral, eu quero dar aqui Questão de Ordem ao Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Era só para informar, aqui, aos pares e ao povo de Alto Paraíso principalmente, que aquela ponte do rio Jamari - agradecer ao Governador Marcos Rocha -, a licitação teve sucesso. Quem ganhou foi uma empresa chamada Técnica Rondônia de Obra, a Trol, no valor de oito milhões, seiscentos e alguma coisa. Uma ponte que vários deputados, como o Deputado Follador, Deputado Alex Redano, Deputado Geraldo da Rondônia sempre cobraram do governo e agora, graças a Deus, Deputado Follador, já tem a empresa ganhadora e 5 dias para a empresa não ter nenhum recurso e já dá a ordem de serviço. Vão gastar 270 dias para a execução da obra e é uma obra de 130 metros, no valor de R\$ 8,6 milhões.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns, Deputado Chiquinho, por trazer essa informação.

Questão de Ordem ao Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Chiquinho, com certeza essa é uma obra de uma expectativa muito grande de toda aquela região, mas principalmente de Alto Paraíso, que vai sair daquela aflição de pagar balsa. Nós estamos acompanhando aí desde a licitação do projeto e, agora, na segunda-feira passada foi feita a abertura das propostas, a empresa do Eduardo ganhou. Nós estivemos já reunidos na semana passada com ele, prometeu que vai fazer o mais rápido possível. Estive com o Diretor-Geral do DER agora, sábado, no local, conversamos e esperamos que dê a ordem de serviço. Está só fazendo o trâmite, a assinatura do contrato para o mais rápido possível assinar. E a empreiteira é muito boa, conheço, porque é a mesma que fez a ponte do rio Jamari, está terminando a ponte indo para Jacinópolis, de Buritis e a equipe de lá vai vir para cá para construir essa ponte. Está construindo para o DNIT também. Então, ganhou uma empresa idônea, uma empresa que, com certeza, vai fazer um trabalho bom, porque todas as obras que eles pegaram, eles fizeram um bom trabalho. Então, com certeza é uma notícia muito boa para Alto Paraíso e para toda região, e o garimpo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Eu também conheço uma obra deles. Eu acho que estão construindo também aquela ponte lá em Cujubim. É a mesma, não é?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Também. É a mesma. Com certeza vai fazer um bom trabalho. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns, senhores deputados. Nós vamos, neste momento, senhores deputados, transformar esta Sessão em Comissão Geral para que possamos ouvir o senhor Secretário de Estado da Saúde, Senhor Fernando Máximo, e o Senhor Secretário de Educação, Senhor Suamy.

(Às 19 horas e 11 minutos, transforma-se esta Sessão Extraordinária em Comissão Geral)

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Eu quero convidar aqui o Deputado Adelino Follador, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, para acompanhar o Secretário de Educação para sentar à Mesa.

Quero convidar o Deputado Dr. Neidson para acompanhar o Secretário de Saúde para sentar à Mesa conosco aqui, também.

Já, aqui, presente, seja bem-vindo a esta Casa, nosso Secretário de Educação, Secretário Suamy Lacerda. Seja bem-vindo a nossa Casa.

Vamos aguardar aqui só a chegada do Deputado Dr. Neidson juntamente com o Secretário de Saúde, Dr. Fernando Máximo.

Bom, nós vamos iniciar esta Sessão, e eu quero ver os deputados que querem se inscrever, nós vamos começar essa Sessão. Ela é de autoria coletiva: "Requer à Mesa Diretora o envio de convite formal ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Fernando Máximo, e ao Secretário de Estado de Educação,

o Sr. Suamy Vivecananda Lacerda Abreu, para comparecerem no Plenário desta Casa de Leis, no dia 27 de abril de 2021, às 18 horas.”.

Então, deputados, nós estamos só aguardando aqui a presença do Secretário de Saúde, que o Deputado Dr. Neidson vai acompanhá-lo e nós vamos começar com o Secretário de Educação, Senhor Suamy para que possamos fazer as indagações.

Eu quero abrir aqui o espaço para os deputados que quiserem fazer as perguntas se inscreverem. Primeiramente ao Secretário de Educação, Senhor Suamy. Esse Requerimento, “Requer à Mesa Diretora o envio de convite formal ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Fernando Máximo, e ao Secretário de Estado de Educação, o Sr. Suamy Vivecananda Lacerda Abreu, para comparecerem no Plenário desta Casa de Leis, no dia 27 de abril de 2021, às 18 horas.”.

“Os parlamentares que o presente subscrevem, nos termos do artigo 172 do Regimento Interno, requerem o envio de convite formal ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Fernando Máximo, e ao Secretário de Estado da Educação, o Sr. Suamy Vivecananda Lacerda Abreu, para comparecerem no Plenário desta Casa de Leis, no dia 27 de abril de 2021, às 18h, a fim de prestarem esclarecimentos e informações sobre o retorno das aulas presenciais e o plano de trabalho da Secretaria de Estado da Saúde, especialmente em relação à vacinação do corpo docente e discente no Estado de Rondônia.”.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Questão de Ordem, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente, é importante, aqui nesse convite para falar sobre saúde e educação, o órgão mais importante veio, e eu até pedi que o Secretário Fernando Máximo, que o convidasse - o convidou - e vieram aí, graças a Deus, para prestar, também, esclarecimento, a Agevisa, que é o Senhor Edilson e a Dra. Flávia, quero crer, e estão aí. É importante estar aqui também. Por quê? Tem uma coisa muito importante. A Secretaria de Saúde recebe a vacina, mas quem recebe toda essa logística é a Agevisa. Repassa para a Saúde e assim vai. Então, é um ciclo, que é importante ouvir todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - O Senhor Edilson e a Dra. Flávia estão presentes?

O SR. ALAN QUEIROZ - Presidente Cirone, quero fazer a minha inscrição, Excelência, para fazer as perguntas. Deputado Alan Queiroz.

(problemas técnicos nos microfones do plenário)

Aqui está ok. Só informar aos nossos deputados que estão de forma virtual que estamos com problema técnico aqui nos microfones. Daqui a pouco já retorna à normalidade da nossa Sessão de Comissão Especial.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Eu gostaria que o caro colega Deputado Jair Montes, Excelentíssimo Deputado Jair Montes convidasse o Senhor Edilson e a Dra. Flávia para compor aqui conosco, no plenário.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Pois não, Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Se um Secretário, um dos dois, tiver um trabalho para apresentar, seria bom a gente...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só estou aguardando, Deputado...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Tranquilo. Digo se eles tiverem que apresentar em painel seria melhor para a gente, para a gente saber como que estão as coisas, o que está acontecendo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - A hora que estiver ok vocês me avisam. Ok? Vamos retomar essa Comissão Geral. Deu aqui uma pane, um problema elétrico aqui na Mesa, mas nós vamos retomar.

Eu quero conceder a palavra ao Senhor Secretário de Educação, o Sr. Suamy, para fazer a sua explanação, seus cumprimentos aqui aos deputados e fazer a sua explanação.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Boa noite, Deputado Cirone, Deputado Adelino, Deputado Chiquinho,

Deputado Alan Queiroz, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jhony Paixão, Deputado Jair Montes e, se por um acaso eu falhei com algum, Deputado Eyder Brasil, todos os que estão aqui. E digo aos senhores que é um prazer estar aqui para apresentar as respostas necessárias às perguntas que os senhores possuem.

No Estado de Rondônia, nós passamos por uma, tivemos a surpresa, no momento em que a pandemia se instalou nacionalmente, mundialmente, mas nós tivemos a oportunidade de nos reinventarmos. No mês de abril do ano passado, e agora completa um ano que nós participamos, nos juntamos ao gabinete de ações articuladas para o planejamento de retorno ao ensino presencial, capitaneado pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e Ministério Público de Contas, Ministério Público, Agevisa, Seduc, Conselho Estadual de Educação, Tribunal de Justiça do Estado, UNCMERON (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) e Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), todos esses órgãos e ainda mais com a força também da Sesdec, por meio do corpo de bombeiros, em alguns momentos tem nos ajudado a entender o todo da resposta que precisamos apresentar nas ações que organizamos durante a pandemia.

(fala com apresentação de slides)

Nós organizamos em alguns eixos, alguns eixos para que nós possamos entender melhor a dinâmica da execução daquilo que fizemos.

Dividimos em cinco, chamaria de cinco dimensões: planejamento/gestão, administrativo/financeiro, segurança sanitária, aspectos pedagógicos, gestão de pessoas. Durante todo o ano nós já tivemos aproximadamente 30 reuniões com o GAEPE (Gabinete de Articulação para Enfrentamento da

Pandemia na Educação), com esse gabinete que trabalha conosco. Eu tive a felicidade de conhecer algumas pessoas lá dentro. Temos até desembargador lá dentro trabalhando conosco, a Dra. Ana Flávia, não é? Está conosco sempre presente lá; o Presidente Curi, do Tribunal de Contas; Ministério Público de Contas. Todos eles estão juntos. Então, tudo o que nós fizemos tem um pouco do dedo de todos esses órgãos de controle.

A transparência das ações voltadas à Covid. Nós tivemos muito apoio do Tribunal de Contas, porque exigia de todos nós a criação de um portal para nele lançar todas as informações, tudo aquilo que foi criado, não apenas para a rede estadual, mas para as demais redes, as municipais e aí nós criamos um portal para colocar, para alocar nele todas as informações necessárias. E aí, criamos aquilo que é chamado de Plano de Retorno. No início todo mundo pensava, deu 15 dias de Decreto e a partir daí nós criamos toda uma estrutura que, para nós, ela representa a organização sistematizada de como atuar para voltar. Independente do ideário que qualquer pessoa possa ter, essa não é uma visão de uma pessoa, mas de um conjunto social, a sociedade organizada trabalhando, até sindicatos estiveram pelo meio para serem ouvidos em algum momento, audiências públicas, e muitas outras ações.

Administrativo/financeiro. E aí nós fomos estudar o que fazer com os recursos financeiros oriundos do Fundeb e de outras arrecadações que o Estado faz voltadas à Educação. Precisamos, naquele momento, mexer com o Proafi regular das escolas para poder atender, na realidade, as aquisições necessárias para as ações. Imaginem os senhores que há precisos três anos, conversarmos sobre investirmos recursos da Educação em coisas que não são da área educacional, não são da manutenção e desenvolvimento do

ensino, mas por meio de acordos em conjunto, interpretação diferenciada de todos os órgãos de controle, nós pudemos fazer isso, para atender tanto o Estado, quanto os municípios. Então, os recursos foram organizados para atender, porque também tem uma coisa: caso nós não fizéssemos o que nós fizemos, alguém depois diria, mesmo assim: "oh, passaram a pandemia todinha e não organizaram as escolas para preparar a recepção.". E à proporção que a pandemia foi andando, nós fomos observando que alguns recursos poderiam ser melhor aplicados na organização das escolas, o que nos trouxe bastante conforto para trabalhar essa situação. E aí vão acontecer a abertura de processos licitatórios para registro de preços, contratação de emergenciais de vigilância – tivemos muitos arrombamentos de escolas, retirada da parte elétrica, roubode... Aí fomos obrigados a contratar vigilantes, em emergência. Aquisição de EPIs e insumos, os quais atendemos todos os também os municípios do Estado, adequações físicas nas unidades escolares.

E aí vamos para o outro item que é Segurança Sanitária. Pode passar. Aí nós já temos que agradecer, aqui, o pessoal da Agevisa, porque foram elaboradas em conjunto com a Seduc, com todos os órgãos de controle, notas técnicas para favorecer a organização. A Agevisa trabalhou distanciamento, e aí é toda uma discussão, de como vai acontecer o transporte, quando do retorno; protocolos de limpeza e higienização; organização dos espaços escolares para receber os alunos; quantos alunos por sala; qual o distanciamento... Porque nós não temos uma sala padrão no Estado de Rondônia. Nós temos salas diversas com padrões de construção diferente. Nós vamos ter salas com 30m, com 35m, com 42m, com 49m e tudo isso precisava de um estudo. E também aconteceu a criação dos Comitês Institucionais locais, porque os municípios, as escolas, as

coordenadorias regionais precisavam se organizar para atender aquilo que Agevisa e todo o Gaepe entendia que era a forma que o planejamento deveria tomar. Pode passar.

Protocolos sanitários. Orientações que foram dadas. Então, foram criadas o Plano de Retorno para as Aulas Presenciais, o Plano Operacional de Retorno às Aulas, informações, transporte escolar, alimentação escolar, tudo que foi preciso nós criamos o guia para como funcionar. Pode passar.

Instalação de lavatórios. Aí nós temos demonstração de algumas escolas, como ficou. A implantação em Cacoal, em São Francisco, em diversos lugares do Estado. E aí do lado tem um graficozinho mostrando que 32% das escolas ainda estão instalando, estão organizando isso.

O Estado foi obrigado a constituir uma ata de registro de preço para atender Estado e municípios e, por isso, está dando um determinado trabalho, porque esse material – muitos deles – não existiam com tanta facilidade para “aquisicionar” e nem tampouco se poderia adquirir a qualquer preço, porque poderia aparecer depois alguém e judicializar a situação. Então, 96 estão ainda em instalação e 205 já foram instalados nas escolas. Pode passar. Continuando.

Dispensadores de álcool e toda a estrutura nós já conseguimos, em 151 escolas já estão e tem 150 em andamento. Há que se convencionar que o Estado tem 405 escolas. Mas nós temos 171 escolas nas redes municipais. Entretanto, nas nossas, esse cálculo aqui, essas 151 são estaduais. As dos municípios estão numa adequação que está sendo acompanhada também pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas.

A sinalização nas salas de aula. Queremos informar aos senhores que as escolas teriam, em tese, na semana em que o Estado e os municípios chegarem a uma razão de que temos condições de voltar, eles, em uma tarde, organizam as escolas todas. Entretanto, nós já adiantamos muito e até apresentamos aqui que 160 espaços já estão sinalizados, mantidas as distâncias obrigatórias apresentadas nas regras impostas pela Agevisa que, com certeza, vão nos trazer a segurança que precisamos. E ainda temos, na rede estadual, 135 em andamento.

Termômetros foram adquiridos para todas as escolas estaduais. Pode passar. Termômetros foram adquiridos e nós temos já 96 escolas com termômetros e 205 estão em andamento de instalação disso.

Também EPIs. Pode passar. EPIs também foram adquiridos nesse período e já temos muitas escolas; 276 delas ainda estão em andamento a aquisição, porque isso não é uma coisa fácil. Ela está comprando com o próprio Proafi dela, que foi acrescido. Por isso, ela está "aquisicionando" isso. Entretanto, alguns empresários estão apertando, mas as escolas não têm, porque tem que seguir uma burocracia. Não é uma coisa tão fácil de fazer. E as escolas não tinham expertise para "aquisicionar" isso. Então, tudo isso foi repassado o recurso. A ata de registro de preço apresentada e eles estão adquirindo com o tempo. Acompanhando os protocolos burocráticos que existem para a aquisição desses produtos.

Ainda temos insumos que estão sendo adquiridos e aí nós investimos cerca de R\$ 11 milhões, mais R\$ 2,5 milhões para atender Estado e municípios na questão de álcool em gel, álcool líquido, máscaras, porque foi uma determinação do Governador do Estado, porque o Ministério Público e o Tribunal de Contas e todos nós descobrimos que em alguns

municípios - com essa coisa da eleição -, não houve o devido cuidado e eles estavam com dificuldades financeiras. O Governador determinou que fosse adquirido álcool em gel, álcool líquido, máscaras para todos os alunos do Estado para atender às escolas. Isso está sendo entregue devagarzinho.

Transportamos em 16 carretas esse produto inflamável, e a PF deu em cima mesmo, porque a Polícia Rodoviária Federal pegou mesmo, porque é uma carga inflamável de alta monta, perigosíssima de estar em estrada. Mesmo assim, nós conseguimos fazer de chegar até aqui.

Os protocolos sanitários... Asanização. Ela foi contratada, algumas empresas. Entretanto, no arraio das escolas, momentaneamente, o Ministério Público de Contas suspendeu a sanitização até que as aulas possam voltar, mas o contrato está vigendo e podemos, no momento certo, atender.

Pode passar. Pode ir. Bom, aspectos pedagógicos. Essa é uma parte que a Secretaria de Estado teve que reinventar-se para entregar atividades para pais, para alunos que não possuíam conexão, internet, essas coisas, então, esse aluno foi buscar material impresso. Nós repassamos para todas as escolas do Estado, e foram praticamente duas carretas de papel para poder construir toda essa ação didática e chegar até os estudantes os trabalhos.

Entrega de atividades e depois a correção, com todo o cuidado. Também a Agevisa nos passou o prazo necessário para que pudéssemos receber o trabalho de um aluno e o professor pudesse manipular depois..., ter uma carga horária aí... Os professores estão até a mais do que a Agevisa indicava porque foi... Eles estão atendendo, alguém

recebe na escola os envelopes, e só vai ser corrigido daí a 72 horas.

Entregas de cartão-alimentação. Pode passar aí, meu amigo. Atendemos 48 mil vulneráveis com o cartão-alimentação. Vale salientar que isso não é recurso de merenda escolar. Isso é recurso da fonte governamental, pois o Governador determinou que isso fosse adquirido com outra fonte. Então, não é nada de merenda escolar, como muita gente ventilou: "ó, cartão de alimentação é merenda". Não é. Não é dinheiro da merenda. Mas nós também fizemos os *kits* de merenda com os recursos da merenda escolar mesmo. Tanto é que, essa semana, o peixe está rodando aí para ser entregue, está sendo despachado para ser entregue para as famílias.

O Ensino remoto. Pode passar, amiguinho. Nós tivemos acompanhamentos diversos, mas nós trouxemos duas lentes aí – eu sou tão reacionário, tão atrasado no tempo que hoje ninguém fala mais "lente" na Educação, é "slide", não é? – Uma, da escola Laurinda Groff, que é num Distrito de Nova Mamoré, acho que é Nova Dimensão, e a outra em Porto Velho. Poderíamos mostrar centenas de exemplos de como é feito esse acompanhamento. Os alunos estão desenvolvendo habilidades. Gostaria de frisar aos senhores que nem quando o ensino é presencial, nós temos todos os estudantes na escola. E isso tem incomodado, porque muita gente começou a ver na pandemia: "ah, tem que ter 100% de atendimento". Não depende do Estado. Não depende da mantenedora. Não depende. Temos hoje o quantitativo de pais, que vai... Todas as vezes, que eu até ando me escondendo de programa de TV, de rádio, porque quando eu estou lá, vai: "ó, aconteça o que acontecer, meu filho não volta". Então, assim...

Pode passar. Temos uma lente também do Portal da Transparência, porque tudo o que fazemos está dentro do

Portal da Transparência. Tudo, a orientação é essa, que está no site da Seduc.

E aí nós vamos também mostrando o acompanhamento dos alunos por lá, quantos alunos estão frequentando, quantos estão recebendo material, quantos estão tendo devolutiva, tudo aparece lá. A nossa organização se estruturou, e isso foi bom para nós, porque nós pudemos nos organizar, nos aproximar, aproximar as gerências da Secretaria. Então, nós aproximamos a Coordenadoria de Tecnologia, Informação e Comunicação da Seduc com as gerências de Mídias Educacionais, com a Gerência de Formação, e os NTEs, os Núcleos de Tecnologia Educacional, que temos num quantitativo razoável no Estado, para atender as demandas das escolas, para fazer a formação para professor, para ensinar a usar as ferramentas tecnológicas. E isso, como eu disse aos senhores, os nossos professores se reinventaram. Tivemos formações para Classroom, para WhatsApp, para Meet, para Google Forms, outras ferramentas, plataforma Cisco. Tivemos audiência de oitocentas, de novecentas pessoas, pela plataforma Training, da Cisco Webex e, de repente, alguém apareceu. O bom de trabalhar com o Ministério Público e com o Tribunal de Contas é porque quando alguém aparece com uma fala dizendo "olha, não está acontecendo formação, está tudo abandonado", os promotores públicos entraram nas formações, e colocaram gente deles, eles entravam e apareciam lá e, daqui a pouco, continuavam os técnicos. E eles observaram que as formações nunca tiveram menos do que quinhentas, seiscentas pessoas juntas. Eu mesmo, que sou da área da formação, trabalhei com públicos bastante grandes, de seiscentas, setecentas pessoas, para diretores de escola, tanto do Estado como do município.

Então, esses treinamentos para uso dessas plataformas também aconteceram de forma bem evidente, bem forte no

Estado. O Estado usa a plataforma Cisco Webex para suas reuniões e foi cedida para nós.

Capacitações em oficinas. Muitas *lives*, e outras coisas mais. Assessoramento de profissionais direto mesmo, para fazer com que as ferramentas pudessem ser usadas da melhor forma possível. Atendemos mais de três mil profissionais e isso está em andamento. São formações perenes. Elas estão acontecendo. Não vai parar. E eu acredito que o ensino tecnológico, graças a Deus, que de tanto mal que aconteceu, a pandemia nos obrigou a fazer algo que nós deveríamos ter feito, lá, há 25 anos, que é adentrar com energia dentro do mundo tecnológico. Hoje nós temos mais de 4 mil máquinas de computadores no patrimônio, para serem encaminhados para as escolas. Quase oito computadores adquirimos agora, notebooks, para serem entregues para professores. Estamos produzindo já, em uma parceria com o Estado do Paraná, com a IPTV que é a conectividade para estudantes. O Estado estuda, neste momento, algo que o Deputado Adelino Follador, quando eu estive aqui no ano passado, durante a pandemia, já apontava: "é preciso arrumar conectividade para professores, máquinas para eles.". Então, a gente está conseguindo, evidentemente, construir isso agora.

Diversas formações, treinamentos, acolhimento psicossocial, grupos focais, vivência on-line, todas essas coisas nós produzimos, plantão psicológico, encaminhamentos, projetos de estreitamento de laços, "enes" formas de trabalhos para, tanto ensinar como também operar o acolhimento, executar a ação de acolhimento. Isso, muito agora em 2021, no nosso começo de ano, no dia 22 de fevereiro é o que muito fizemos. Mais de 700 profissionais, gestores atuando juntos para receber isso.

A Busca Ativa. Nós já tínhamos um programa interno da Seduc chamado "Vim te Buscar, para Avançar! - Dia D". Aí nós marcávamos, quando começou a pandemia, que ela ficou mais forte, então nós precisávamos correr atrás dos estudantes que começaram a dispersar-se. Então, nós fizemos um trabalho muito forte no dia 16 de outubro. Mas, independentemente disso, por orientação do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público, nós aderimos ao programa da Unesco: "Fora da Escola não Pode!". E também fizemos um trabalho muito grande em conjunto com o Ministério Público, Corpo de Bombeiros. Tivemos, em alguns municípios do Estado, rádio, televisão, carro de som, muita gente envolvida. Somos muito agradecidos por tudo o que aconteceu de bom na questão da Busca Ativa. Tivemos promotor público em cima do caminhão de Bombeiros, pedindo para a população levar os seus filhos de volta para a escola, para atender aos chamamentos para que a gente pudesse, realmente, não perder os estudantes de vista. Que essa é a grande questão. Hoje, a nossa luta continua a mesma. Queremos chegar do outro lado com a população vacinada e poder continuar ensinando. Porque selançarmos todos juntos em um processo educacional agora, alguns não chegarão ao fim. Nós temos um quantitativo muito grande, nós temos mais de 6 mil especiais, o que nos obriga a ter muito cuidado. Porque eles possuem problemas graves e que talvez não aguentem uma pressão tão grande de um retorno misturado com pessoas consideradas normais e tudo mais, e eles poderão... Porque quem mais quer voltar é exatamente quem tem mais dificuldade. Só que, muitas vezes a situação orgânica dele não vai aguentar a pressão.

Nós mostramos alguns lugares aí, a questão da visita às famílias e vamos para a gestão de pessoas. Pode passar.

Bom, nós temos um universo de 10.059 professores efetivos e 1.176 temporários; e 5.114 efetivos técnicos e 921 temporários, perfazendo 6.035 e no campo dos professores 11 mil. Juntando tudo são 17.270 servidores. Isso é um dado e amanhã poderemos encontrar outro. Isso que nós temos aqui, se amanhã falecer algum professor vítima seja do que for, essa conta cai. Então assim, temos dificuldades. Nesse meio aí, nós conseguimos junto ao Tribunal de Contas do Estado, prorrogar 955 contratos que estavam vencendo para poder continuar ministrando aula e não lançar um novo edital para a Educação do Estado, para contratação. O que nos levaria a uma situação de aglomeração e de briga por vagas. E temos ainda para chamar 522 trabalhadores que são do edital de 2019.

Se observarmos esse gráfico que está aí, nós vamos ver que nós temos uma faixa etária de 31% dos servidores professores que têm a faixa etária de 51 a 60 anos, essa é a maioria. O outro grupo de 61 a 70, 7%. Observem os senhores, que essa gente já não está... Possuem muitas comorbidades. Estão nesse nível. Nem sei se estou usando o termo certo, mas quando eles apresentam a situação, a gente fica até penalizado, porque são seres humanos, não possuem uma vida ativa atlética, e isso nos impõe a ter muito cuidado com eles.

Pode passar. Servidores aposentáveis: aqueles que vão entrar, já estão em campo de aposentadoria até 2025. Nós temos 1.370 professores para este ano e 843 técnicos, que a aposentadoria já está no Iperon, já há algum tempo, e nós estamos aguardando a batida do martelo para, em definitivo, fechar isso.

O conjunto total, se nós observarmos até 2025, porque a Secretaria tem de trabalhar com uma projeção, porque o Tribunal de Contas nos cobra um acompanhamento. Precisamos

ter certeza de quantos precisamos contratar, chamar concurso, edital, mesmo que sejam servidores emergenciais, mesmo assim, precisa de um controle. Hoje a Secretaria possui isso.

Nós temos 555 servidores praticando abono em permanência, continuaram. Chegou o tempo de aposentar, aposentou, mas pediu para continuar. Isso é muito bom para nós. Temos 412 professores e 143 técnicos.

E aí vem aquela questão daqueles servidores que estão no raio da comorbidade: 4.357 servidores, de um universo de 17 mil; 51% deles são técnicos. É a merendeira, o pessoal da faxina. Não. São professores. E 49% são técnicos. Isso, senhores, impõe todo um cuidado, porque o Estado, se ele for contratar, de imediato, gente para substituir todo esse povo, primeiro: eles iriam ficar em casa fazendo o que, com os alunos voltando para a escola?

Por outro lado, isso desmotiva e muitos deles já nos apresentaram situações: "Eu não sou inválido. Não tenho condições de ir à escola, trabalhar cotidianamente, durante a pandemia; mas eu não sou inválido". Então, esse número também oscila. Ele pode diminuir, caso um servidor desse aqui venha a óbito. E também pode aumentar porque à proporção que a depressão está batendo em cima deles e eles estão procurando os médicos, isso é incômodo, não é?

Bom, também em 2019/2020, o ano da pandemia forte, nós pagamos R\$ 20 milhões, 999 mil em pecúnias, de servidores que, pasmem, estão desde a origem do Estado com licenças prêmio para vencer. Triste, a realidade, mas nós estamos tentando eliminar isso. A ordem do Governador é: "Acaba com isso". Então, em 2012, nós pagamos R\$ 12 milhões, 362 mil. Em 2020, nós pagamos R\$ 20 milhões, 899 mil. E agora, em

2021, nós já pagamos R\$ 7 milhões, 888 mil reais em pecúnia para servidores.

Tirem os senhores: não tem como sanear essas dívidas do Estado para com os seus cidadãos servidores, de uma hora para outra. Mas podemos demonstrar cuidado e respeito para com eles, com ações que tragam segurança efetiva, que tragam o sentimento, que crie neles, desperte neles, o sentimento de que o Estado os respeita e os quer bem, e os quer vivos. Esse, talvez, seja a maior dinâmica que o Estado precisa demonstrar por suas instituições.

Ao mais, estou aqui para os questionamentos que, porventura, puderem advir. Muito obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, professor Suamy, Secretário de Educação.

Aqui, para as perguntas para o Secretário de Educação: Deputado Cirone Deiró, Deputado Dr. Neidson, Deputado Alan Queiroz, Deputado Adelino Follador, Deputado Eyder Brasil. Quem mais? Alguém mais? Deputado Chiquinho da Emater. Deputado Jhony Paixão. Praticamente todos inscritos. Ao Secretário de Saúde, não vai fazer perguntas para ele não, não é?

Eu tenho, há bastante tempo, alguns questionamentos que quero fazer aqui ao Secretário de Educação. Estive, por duas ou três vezes, lá na Secretaria, o Secretário trabalhando em home office. E, na oportunidade que nós tivemos aqui na Assembleia, acabou não acontecendo esses questionamentos. E eu não vou me ater somente à questão da volta às aulas. Eu tenho bastante dúvida. Eu acho também que são dúvidas dos colegas. E eu gostaria que a Casa, o nosso *staff* da Casa anotasse tudo que eu vou pronunciar

aqui, que os nossos nobres deputados vão fazer os questionamentos, que isso se tornasse Requerimento coletivo para que respondesse à Assembleia Legislativa. Pode ser, senhores deputados? Para que as perguntas nossas se tornem Requerimento por escrito para a Secretaria, coletivo, para que eles nos respondam esses questionamentos.

Dando início, Secretário, o senhor tem alguém que o acompanhe, que precise auxiliá-lo? Se o senhor achar necessário, o nome, pode ficar aqui na tribuna conosco, no plenário. Como é o nome dele?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Nilson e Valmir.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Por favor, Deputado Alan Queiroz, acompanhe os senhores Nilson e Valmir aqui para ocuparem assento. Quer assumir aqui, Presidente?

Senhor Nilson, Senhor Valmir, sejam bem-vindos. Quero aqui também cumprimentar o Edilson e a Dra. Flávia, da Agevisa. Sejam bem-vindos a esta Casa, que é a Casa do povo. Presidente, estamos iniciando as perguntas. O senhor... Ok.

O SR. ALEX REDANO - À vontade. **(fora do microfone)**.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente. Eu acho que nós temos que ser um pouquinho breves, porque senão nós vamos parar aqui meia noite, e ainda temos o Secretário de Saúde, aí nós vamos ter que ser objetivos, senão...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Vamos ser breves, não é? Sim. Ok. Vamos lá.

Eu quero, primeiramente, Secretário de Educação, professor Suamy, parabenizar o senhor pela condução da Secretaria. Nós temos a compra de insumos à vontade, mobiliários, laboratórios que foram comprados pela Secretaria. E tentando, sempre, atender da melhor maneira possível às escolas. Nós tivemos algumas obras no Estado e eu, essa semana, atendi - eu tenho o hábito, Secretário, de visitar as escolas na minha região. A minha região compreende Ministro Andreazza, Cacoal, Pimenta Bueno, Espigão, São Felipe, Parecis, Alto Alegre, Primavera de Rondônia, essa é a região que eu atuo independentemente, se o coordenador quiser ou não, eu estou nas escolas para saber as condições das escolas. E, às vezes, a gente, como deputado, Deputado Eyder, somos privados de algumas informações, e dizem que isso é orientado pelo Secretário de Educação. Eu só vou passar isso para o senhor, porque eu já tenho ouvido isso. E a nossa atribuição, quando nós somos eleitos deputados, é legislar, elaborar leis e normas, fiscalizar os atos do Poder Executivo, julgar, quando necessário, para rever atos parlamentares, bem como as contas do governo e do Poder Executivo. Então é a nossa atribuição como parlamentar. Então, fico assim, estarecido quando chego numa escola e falam: "Não, deputado, o que você está fazendo aqui?". Estou fazendo o meu papel, que eu fui eleito.

Então, Secretário, eu fui uma das pessoas que pedi e fiz Indicação em relação ao cartão de alimentação, se é de merenda escolar, se é Fonte 100 do governo, nós estamos passando por um momento crítico. O governo conseguiu esse

recurso no ano passado. Então, nós sugerimos ao governo que retome esse programa.

A palavra aqui para o deputado... pode falar. O senhor é o Presidente desta Casa.

O SR. ALEX REDANO - Desculpe interromper. Eu queria parabenizar os colegas deputados que fizeram a convocação para tirar dúvidas. Quero dar boas-vindas a todos. Convidados, não é? Não foi convocação, foram convidados. Então, parabenizar os deputados, o Parlamento. O Parlamento está muito atuante. São várias demandas que estão sendo discutidas. Eu queria pedir permissão a todos. Estou aqui recebendo algumas demandas de alguns vereadores. Tenho outras reuniões para poder participar agora. Mas eu queria permissão já para adiantar a minha fala.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Por favor, Presidente.

O SR. ALEX REDANO - Eu queria parabenizar os dois Secretários aqui presentes, pela tratativa com todos os pares. Eu quero fazer um agradecimento público aqui, em nome de toda população de Ariquemes, em nome também do Deputado Adelino Follador - tenho certeza disso -, Ariquemes ontem passou por uma situação de quase pânico da população com o anúncio dos próprios hospitais, do fechamento de todos os leitos de UTI credenciados nos hospitais. Então, o Fernando Máximo e toda equipe da Secretaria de Saúde prontamente resolveu essa demanda. Então, quero aqui agradecer. Quero parabenizar, Secretário. Nós temos muito que avançar, e saúde é um tema polêmico.

Mas nós sabemos que a Saúde, mesmo perante esta pandemia – algo jamais visto no Estado, nonosso País –, a Saúde tem se demonstrado forte. Teve vários avanços.

Então, muitas pessoas criticam, mas quando tem essas críticas, essas mesmas pessoas não estão vendo o momento que estamos passando. É um momento totalmente atípico. Então, vocês, realmente, têm se dedicado muito e têm feito a diferença. Então, parabéns. Temos muito o que avançar. Eu acredito em alguns projetos, principalmente quando envolve parcerias públicas e privadas na área Saúde – que isso, eu tenho acompanhado em alguns Estados –, e isso tem evoluído muito o nível de saúde onde está sendo aplicado. Acho que esse é um setor que precisamos avançar. Mas, parabéns, Secretário e toda a equipe, aos nobres deputados, ao nosso Secretário Suamy também. É uma Secretaria de que eu tenho ouvido muitos elogios. Alguns programas, principalmente, na área tecnológica, o Micro kids, também esse programa Revisa Enem está fazendo a diferença. Então, a Educação também avançou, há dificuldades. Estão sem aulas, mas estão sendo..., está tendo investimento no Estado, na Educação. E a grande dificuldade hoje é essa dúvida: a volta às aulas ou não, a vacinação primeiro dos professores. Isso divide. Aqui, no Parlamento mesmo, nós temos o Deputado Eyder que semanalmente está cobrando, lutando e temos deputados divergentes. Na minha cidade tem várias pessoas mobilizadas, cobrando para voltar as aulas e várias pessoas mobilizadas, pressionando que não é o momento. Então, isso faz parte do Parlamento. Se nós estamos nessa situação, eu imagino o Secretário de Educação do Estado. Mas, quero parabenizar, Secretário. Não é puxação de saco. Eu tenho críticas a alguns Secretários. Mas, por coincidência, estão dois Secretários, aqui, que eu vejo que estão se dedicando, no meio à pandemia e estão fazendo a diferença. Então, parabéns, Senhor Suamy; e parabéns, Senhor Fernando Máximo.

E, mais uma vez eu peço licença a todos, o Deputado Jhony sabe do compromisso, eu estarei lá representando o Republicanos, não imaginei que avançasse até essa hora da noite. Então, eu preciso me ausentar. Mas, quero, mais uma vez parabenizar os deputados.

Estou escutando muitos elogios, Deputado Chiquinho, que os parlamentares de Rondônia são deputados atuantes. São deputados que estão atendendo as demandas da população. A Casa de Leis é uma Assembleia cidadã que está atendendo aos eleitores, atendendo à comunidade em várias áreas: área ambiental, área da saúde, às categorias, então, meus parabéns a todos os deputados. Muito obrigado, Senhor Presidente Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Presidente Alex Redano. Vai para os seus compromissos e nós vamos continuar os trabalhos. Eu vou ser, aqui, bem objetivo, como pediu o Deputado Adelino Follador.

Então, eu gostaria que o Secretário anotasse os nossos pontos. Aqueles que ele souber responder, já nos responda e assim nós vamos tocar.

Então, o cartão de alimentação, Secretário, o nosso pedido é para a retomada desse cartão, e a possibilidade de aumentar para R\$ 120,00, ok?

Dando sequência aqui nos questionamentos, estive lá em nossa região, e eu já venho questionando isso há muito tempo, sobre a Infraobras, que existe dentro da Seduc. Hoje, nós temos dentro da Seduc cinco engenheiros civis, se eu não me engano, dois engenheiros elétricos, não sei quantos arquitetos, e nós temos, Deputado Dr. Neidson, 400 escolas dentro do Estado de Rondônia. Se essas escolas só

usarem o Proafi, nós estamos falando de um montante de R\$ 130 milhões por ano. E aí, tem cinco engenheiros para ir lá, elaborar o projeto, fiscalizar, dar a ordem de serviço, olhar se o serviço está bem feito... Então, nós estamos tendo um atraso muito grande nessas obras aqui. Questionei lá, a engenheira Júlia, já que ela esteve lá em Cacoal. Nós temos casos lá, e estou cobrando esse projeto faz um ano. Chegou o projeto, foram licitar. O secretário da escola, lá da secretaria, verificou que esqueceram de colocar o forro na escola. Projeto sem porta. Então, esses erros são constantes dentro da Infraobras. Erro de planilha. Aí, licita e depois que começa a obra: "não, quero licitar de novo, porque a obra tem erro de planilha, tem erro de projeto". Aí, o Conselho da Escola não aceita e fica aquele negócio: metade da obra parada, derrubada, criança no meio do entulho. Então, nós temos assim, Secretário, com muita sinceridade, o Infraobras não está funcionando. A minha sugestão como parlamentar aqui— que não é só cobrar, é sugerir também —, é que a Secretaria de Educação contratasse alguns temporários e colocasse em cada região que tem Sepog — se eu não me engano o Estado tem sete Sepogs —, um engenheiro civil, um arquiteto e um engenheiro elétrico, para dar suporte nessas escolas. Eles fariam o projeto, analisariam essas escolas, fariam todo o dimensionamento e teriam o planejamento. Hoje, muitas escolas nossas têm puxadinhos. Um diretor pensa uma coisa, vai lá e faz um puxadinho. Outro diretor pensa uma coisa, vai lá e faz um puxadinho. Um, faz um lavador de um jeito, um lavatório, o outro "ah, vou fazer aqui um refeitório". Começa um refeitório: "vixe, ficou pequeno, vamos esticar esse refeitório".

Então, nós estamos assim, Deputado Dr. Neidson, fazendo puxadinhos e com muito dinheiro. São R\$ 130 milhões por ano, mais ou menos, de Proafi. Então, precisamos

organizar. Não adianta nós economizarmos no engenheiro, no arquiteto, no engenheiro elétrico. Nós estamos aí com as escolas precisando fazer SPDA. Bombeiro está fechando as escolas. Eu mesmo já fui intermediar várias vezes: "Bombeiro, pelo amor de Deus, não fecha a escola, nós precisamos dar aula". Nós não podemos economizar nesse tipo de coisa. Nós temos que dar sequência. Tem que ser organizado, planejado. Se nós tivermos, Deputado Adelino, um engenheiro em cada regional ligado à Seduc, nós vamos ter condições de dar celeridade e ele estar presente na fiscalização.

Eu fui fiscalizar, Deputado Dr. Neidson, lá em Cacoal. Contrataram uma empresa que terceirizou para outra empresa, e foram fazer a quadra lá. E demorando essa obra, eu fui lá várias vezes. Cheguei lá um dia, a cerâmica era isso aqui. O cara cortou a cerâmica em 5, 6 pedaços e assentou os pedaços da cerâmica. Uma coisa absurda! Pedi para a diretora da escola: "Liga lá para essa empresa que está fazendo. Fala para o dono vir aqui.". Esperei ele chegar e falei para ele: "Olha, o que é que aconteceu nisso aqui?". "Pelo amor de Deus que coisa mais feia do mundo, Deputado. Eu contratei uns venezuelanos aí e os caras que fizeram essa obra". Os venezuelanos. Falei: "você vai desmanchar e vai fazer a coisa bem feita senão vou denunciar você, entendeu?". E aí ele desmanchou e fez uma gambiarra lá. Isso é uma, entre outras várias coisas que acontecem.

Então, nós temos que, realmente, ter esse engenheiro mais perto dessas obras, fiscalizando. Lá em Ministro Andreazza, na Escola Nilo Coelho roubaram os fios da escola. Aí teve eleição, o que é que fizeram? Puxaram fio de tudo quanto é lado, gambiarra, para ter energia no dia da eleição. Seis meses. Seis meses! A escola em Castanheira

caiu em setembro. Está lá, tudo amontoado no chão, chovendo em cima.

Então, Secretário, eu sei da sua dedicação quanto a parte pedagógica das escolas de Rondônia, sei do seu conhecimento, sei do seu empenho, do seu trabalho. Infelizmente, infelizmente, algumas pessoas estão deixando a desejar. E o meu trabalho como parlamentar é ir lá e fiscalizar. O senhor pode ver que eu não fui nenhuma vez gravar vídeo em frente à escola, isso e aquilo, o senhor entendeu? Porque nós temos que arrumar soluções juntos. Nós não estamos aqui para achar culpados. Nós temos que achar soluções.

Então, nós votamos nesta Casa aqui uma lei de temporários. É o momento de a Seduc contratar esses profissionais e colocar eles nas regiões e falar: "olha, eu quero um projeto definitivo dessa escola.". Quando o diretor for fazer, você discute com o diretor, porque nós vamos ter vários puxadinhos aí dentro do Estado de Rondônia.

Então, essa é uma solicitação nossa para que a gente dê uma solução em relação a isso.

Outro exemplo é uma escola lá de Querência. Desde 2017, rabicho de energia. Tem uns 3 ou 4 Proafis pedidos. Eu mesmo já cobre uns 2 anos seguidos, nunca me deram resposta. Então, são umas coisas assim que a gente precisa resolver.

O senhor comentou aqui a questão dos vigilantes. É um pleito aí, inclusive, do Deputado Jair Montes. Nas nossas escolas foram colocadas, num passado recente, câmeras de monitoramento, mas não funcionou. Então, nós precisamos voltar esses vigilantes nas escolas e oportunizar, Deputado Chiquinho, para as pessoas frequentarem as escolas nos fins

de semana. As crianças terem o direito de usar a quadra, terem o direito de usar aquelas mesas de tênis de mesa, pebolim, o que seja. A gente fazer que a comunidade participe dessas escolas. Mas só com monitoramento não tem jeito. Quem que vai abrir e quem que vai vigiar essas escolas? Então, nós precisamos voltar os vigilantes para que a gente possa dar continuidade de forma, assim, uma escola comunitária.

Nós temos recebido também, Secretário, muita reclamação dos professores na questão da ajuda de custo, porque os professores tiveram que dar aula de forma remota. E eu queria saber se a Secretaria está pagando para eles usarem plano no celular, wiffi em casa, como que está sendo feito isso. Se tem esse auxílio para os professores para que eles possam fazer o uso da internet, porque tem custo de energia e tudo o mais.

E nós temos aqui um aluno lá da escola Abaitará – que pertence também à Secretaria de Educação – que fez o curso em 2017 e até hoje não conseguiu receber o seu certificado: “Estou muito chateado. Concluí meu curso técnico em Abaitará, mas até agora não recebi meu certificado ainda.”. Então, desde 2017 não recebeu esse certificado. Então, queria saber o que é que está acontecendo.

O senhor falou aqui sobre as pecúnias. Realmente a gente precisa avançar nisso aí. O Nilson tem feito um grande esforço para liberar essas pecúnias de maneira gradativa. Eu acho que está seguindo uma ordem cronológica – não é, Nilson? –, para que a gente possa realmente atender os nossos professores que passam por situações bem difíceis. E a Educação é uma Secretaria, Secretário Fernando, a prima rica do governo. Tem aí um orçamento de 25%. Então, nós precisamos realmente ter um planejamento para gastar esse recurso.

Eu, se não me engano, no primeiro mandato nosso, em 2019, chegou o mês de setembro, ainda nós tínhamos R\$ 400 milhões, se não me engano, para gastar. Então, se nós começarmos a planejar isso, fazer as estruturas, material que vai ser distribuído, esse avanço com os servidores, a gente vai conseguir avançar bem.

E, para finalizar, nós temos aqui nesta Casa, aprovada aqui, uma lei de ajuda de custo de 35% ao transporte escolar. O Governo do Estado entrou com uma ação, perdeu essa ação. E existe uma carta, um ofício da Secretaria para as Prefeituras não pagarem. E nós temos aí, hoje, cinco mil servidores, mil e oitocentos ônibus que trabalham no transporte escolar. Se não for feito esse repasse do jeito que foi feita a lei, nós vamos ter muita dificuldade de transporte escolar no retorno às aulas.

Então, queria saber por que não está cumprindo, sendo que foi uma lei votada nesta Casa. Seis juízes já concederam que se deve fazer o pagamento às empresas. Quatro desembargadores já confirmaram a decisão em recurso, e a Secretaria não está cumprindo. Eu gostaria de saber por que a Secretaria não está cumprindo, e por que tem essa determinação para as Prefeituras não pagarem.

Então, Secretário, seriam esses os questionamentos, a princípio, que a gente tem aí em relação à Secretaria de Educação.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON - Secretário, eu fiz umas visitas nas aldeias indígenas, lá em Guajará-Mirim. E, conversando com os indígenas, perguntei sobre a vacinação. Todos eles já foram vacinados. Então, qual é a previsão de retorno das

aulas presenciais? Inclusive, um professor lá da aldeia indígena - que a maior parte deles é indígena, os professores, eu acredito que 100% -, por que não retornaram as aulas e qual é a previsão de retorno de aulas presenciais nessas aldeias, já que se tem a população indígena praticamente 100% vacinada? Essa aí foi nas aldeias, tanto terrestres quanto aquáticas, dos ribeirinhos.

Outra situação que eu vejo nas escolas, também, é a falta de manutenção e limpeza nas escolas. Nós temos uma escola lá em Guajará-Mirim, Alkindar Brasil de Arouca- isso por que eu não andei nas outras ainda -, mas está cheio de mato dentro da escola. Não temos aula, mas não está se dando a manutenção. Qual o motivo e o que pode ser feito para poder fazer essa limpeza nas escolas?

E, com relação à pecúnia, nós temos aí pessoas até aposentadas que já, há muitos anos, vários anos, acho que tem uns 4 anos, a professora Soraia, lá de Guajará-Mirim é uma delas, está tentando receber, e até hoje nada. Eu sei que deve ter um cronograma, mas tem que ver essas situações e até das pessoas que têm doença crônica também, que não conseguiram receber. Eu acho que seria mais ou menos isso com relação a minha parte, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Ok, Deputado Dr. Neidson.

Só para concluir, uma coisa que a gente tem percebido também, Secretário, eu acho que temos que tomar alguma providência, é a qualidade do material que estão usando nessas escolas, Deputado Adelino. Eu fui numa escola lá, que foi reformada recentemente, a tinta está... O cara pintou em um dia, no outro dia estava escorrida, sem cor. O que acontece? Às vezes, pega uma obra lá, o orçamento,

Secretário, são R\$ 200 mil, e a empresa dá 30% de desconto, e não tem BDI (Benefícios e Despesas Indiretas). Então, que lucro que uma empresa dessa vai ter? Não tem BDI, o cara dá 30% de desconto, cimento subindo todo dia, ferro subindo todo dia. O que ele vai aplicar nesta escola? Então, se a gente tivesse a equipe de engenheiro pertinho, Deputado Dr. Neidson, vai estar lá na escola, sim, visitando. Talvez a gente economize aqui um salário de um engenheiro – uns seis, sete ou oito mil –, e estamos perdendo milhões em obras mal-acabadas e malfeitas.

Agora, para usar a palavra, o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero agradecer a presença dos dois Secretários que nós convidamos com as equipes, com certeza para esclarecer algumas dúvidas. Na Comissão de Educação, nós fizemos vários questionamentos e vários Requerimentos, muitos já foram respondidos. E hoje cedo, na Comissão de Educação – eu sou Presidente –, nós lemos e pedimos para fazer uma cópia para cada deputado, para que tenham conhecimento de várias coisas.

Agora, nós queremos agradecer aqui também à Dra. Joice, Promotora, que também está assistindo aqui, e ela mandou uma pergunta para o Secretário: "Em recente estudo promovido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Fundação Getúlio Vargas buscou apurar a eficiência dos programas educacionais do ensino público durante a pandemia. A pesquisa feita entre março e outubro de 2020 levou em consideração a data e a duração dos programas educacionais adotados. Nesse levantamento, Rondônia obteve a penúltima colocação, revelando-se o segundo pior desempenho no ensino remoto do País, ficando à

frente apenas do Estado da Bahia. Assim, como o Secretário pretende justificar a proibição de retomada do ensino presencial, submetendo os nossos alunos ao segundo pior ensino remoto do País?". Essa é uma pergunta da Dra. Joice e eu queria deixar aqui para o Secretário também depois se posicionar sobre isso.

Mas, Secretário, eu quero dizer que eu visitei as escolas e visito permanentemente as escolas, e a gente vê o aproveitamento muito fraco. Eu fui em algumas escolas, em alguns municípios na Região do Vale do Jamari, onde os próprios professores falam que o aproveitamento é quase zero.

E eu fui assistir aulas no programa de algumas escolas particulares, que estão tendo com alunos assistindo, com professores do outro lado assistindo e a gente vê um aproveitamento bem melhor.

Esse programa que tem nas escolas, os alunos não têm como se fixar lá, a não ser que tenha o pai preparado para poder acompanhar ou talvez ter um professor, o pai que tenha condições de pagar um professor, mas a gente vê assim... Eu queria saber se o senhor tem essa avaliação, ver se tem alguma...

Outra coisa que eu conversei com os professores também, a renovação das matrículas foi feita automaticamente, não foi... Pelas informações que eu tive, muitos pais não assinaram. Então, nem para assinar a renovação da matrícula compareceram. Então, eu queria saber qual a porcentagem disso - se o senhor tem esses dados -, porque eu estou preocupado que na hora que voltar as aulas, muitos alunos não vão voltar para a aula mais, porque eles estão perdendo essa situação toda, o ânimo de estudar e a gente vai ter problemas seriíssimos para recuperar esse

tempo. É claro que a gente sabe que esse problema é em função da pandemia, mas nós sabemos que nós temos que nos preocupar com isso. E o aluno até a 4ª série ainda, o pai domina, mas, depois da 4ª série tem menino de 16, 17, 14 anos que fala que não volta mais para a sala de aula não. Falam abertamente. Ou a droga já arrumou serviço para eles ou está trabalhando com o avô ou está trabalhando em alguma coisa e não... E agora, a hora que eles voltarem, que eles passaram automaticamente, eles foram passados de ano e eles perderam o ano letivo, eles perderam as matérias, eles vão voltar, eles vão encontrar uma dificuldade muito grande, aí que eles vão desistir. Muita gente vai desistir.

Eu tenho conversado com muitos pais e tenho sentido essa preocupação e nós precisamos nos preocupar porque o prejuízo é muito grande. Então, eu queria que fosse...

Essa questão da merenda escolar também. Eu acho que tem muitas crianças que a melhor refeição delas era na escola. Então, nós temos que caprichar, que o cidadão, as pessoas precisam se alimentar e a criança sem alimentação...

E essa questão de internet é gravíssima. Eu fui em uma casa esses dias, duas crianças estudando com um celular, querendo acompanhar a aula. Aí, o celular tocava, levava para a mãe atender. Aí tocava o celular outra vez, levava para o pai atender. Aí, o que ele aprende? Sem contar aqueles que estão na área rural, que são distribuídos os questionários, leva e depois volta em branco, do jeito que foi. Isso eu vi em várias escolas. E aí vai atrás para localizar e nem sempre localiza esses alunos e, às vezes localiza, mas...

Então é uma preocupação muito grande essa questão e a gente tem que... O ano passado, como foi citado aqui pelo

colega, no final do ano nós corremos aqui e aprovamos vários projetos. Por isso que nós, da Comissão de Educação, queremos que o senhor traga um plano para que a gente veja a aplicação durante o ano, para que não chegue ao final do ano ter que vir no mês de novembro cento e poucos milhões para poder aplicar e complementar os 25% da Educação que é obrigado investir. Então, eu gostaria de deixar essas perguntas.

Voltando as aulas, haverá teste de Covid para os alunos?

Também essa questão de distribuir o recurso para as escolas, para comprar o material. Não era melhor a Seduc ter adquirido e distribuído para as escolas, termômetros e todo esse material? Eu não sei, EPI. Cada diretor comprar vai ter um preço diferente. Eu estou preocupado com essa situação toda, que eu acho que muita coisa poderia ter sido comprada via Seduc e distribuída para as escolas, do que eles comprarem diretamente, porque cada um vai comprar em um preço diferente e vai comprar muito mais caro. Se tivesse feito um pregão para comprar esses termômetros, para comprar esse material, eu creio que compraria bem mais barato. Mas eu gostaria até de ouvir o senhor sobre esta situação.

Será ampliado o quadro de professores – o pessoal me passou agora essa pergunta –, da Educação, funcionários, para dar condições à cobertura do rodízio da turma de higiene, merenda? Porque as escolas, para receber todo esse pessoal, com todos os cuidados, vai ter de ter mais gente. As escolas não têm estrutura, não têm pessoal suficiente para poder merendar separado, coordenar essa situação toda. Então, também queria saber essa situação.

Mais ou menos são essas perguntas que nós fizemos. Algumas perguntas que eu tinha elaborado foram respondidas pelos Requerimentos que nós fizemos pela Comissão de Educação. Mas eu falo, Secretário, não quero aqui criticar seu trabalho, mas, com certeza, todos os pais, todos os professores do Estado de Rondônia, a Educação no geral, estão preocupadíssimos com essa situação.

A recuperação da Educação, depois que passar esse período da Covid, nós temos que nos desdobrar muito para tentar recuperar um pouco do prejuízo que está acontecendo com esses alunos e a minha preocupação é que muita gente mesmo, vai ser difícil voltar a estudar do jeito que precisa.

Então, eu quero deixar essas perguntas aqui, Presidente. Tem mais perguntas aqui, que estão mandando no WhatsApp. A previsão da volta à sala de aula, se é que o senhor tem. Quais as providências tomadas em relação aos alunos que não possuem o acesso às aulas de forma on-line? Também outra pergunta que veio agora pelo celular, pelo WhatsApp. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Adelino Follador.

O próximo a fazer a pergunta é o Deputado Eyder Brasil, mas enquanto isso, a Secretaria disse, Secretário Suamy, que a Lei 4.885 é inconstitucional. Recorreu ao Tribunal e o Estado perdeu. E eu quero deixar essa pergunta ao senhor: o senhor sabe, o senhor tem conhecimento que descumprimento da lei é crime? A gente não quer que o senhor, depois, fique aí com seu CPF comprometido por não cumprimento da lei. Então acho que é interessante aí, o

senhor anotar, para a gente ter uma resposta em relação ao transporte escolar.

Eu quero, aqui, passar a palavra ao Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Obrigado, Presidente, Deputado Cirone Deiró...

O SR. MARCELO CRUZ (*Por videoconferência*) - Presidente, é o Deputado Marcelo Cruz. Depois me inscreve aí, por favor. Desculpe, Deputado Eyder.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Positivo.

O SR. EYDER BRASIL - Sem problema, meu líder. Quero aqui cumprimentar mais uma vez o Secretário Suamy, o Secretário Fernando Máximo, os dois técnicos... É da Agevisa? Os técnicos da Agevisa que, tenho certeza, contribuirão na resolução dessas questões. Inclusive, a nossa primeira indagação, Secretários, já falei isso com o Fernando Máximo na comissão que fiscalizava os decretos do governo: qual foi o argumento científico que a Agevisa, que a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação teve para suspender as aulas no Estado de Rondônia? Qual foi o estudo de caso concreto, no Estado de Rondônia, que teve para suspender as aulas em virtude de outras categorias, outros segmentos: o mercado não fechou, a farmácia não fechou, os postos de gasolina não fecharam. "Ah, mas são essenciais". Eu acredito que a educação também é essencial. E aqui, não quero nem entrar no mérito da essencialidade. Eu quero

entrar no mérito da aglomeração. Do agrupamento de pessoas, e não aquela aglomeração negativa, a superaglomeração. Enfim, eu quero falar, realmente, no coletivo de pessoas. Então essa é uma das primeiras perguntas.

A falta – e aqui eu quero fazer uma reflexão –, há 3 semanas, eu propus a reabertura do nosso projeto de lei que estabelecia que a aula é essencial. E dentro desse PL colocava uma porcentagem de acordo com a capacidade, de acordo com a fase de cada município do Estado de Rondônia. E ainda permitia que se aquele pai, aquela mãe que não sentisse segurança de enviar os seus filhos para as escolas, eles poderiam continuar na forma remota. Ou seja, criaríamos um sistema híbrido de ensino: presencial e remoto. O que, inclusive, é uma orientação do Gaepe, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, esse grupo de trabalho que o próprio Secretário Suamy já pontuou. E uma das notas técnicas do Gaepe, eu vou ler o número 4: “Reafirmar a vacinação dos professores e demais profissionais de educação não constitui condição necessária para retomada das atividades essenciais.”.

Então, o próprio grupo de trabalho, que o Secretário citou, diz, em uma de suas notas técnicas, que isso não constitui, “ressalvados...”. E aqui eu quero continuar, para não ser injusto, não só falar aquilo que é argumento que eu defendo, que eu acredito que não podemos – e aqui eu quero mais uma vez fazer a ressalva –, qual argumento técnico que diz que eu só posso, enquanto Estado, autorizar as aulas presenciais uma vez que todos os profissionais de educação sejam vacinados? No CPA, os profissionais – trazendo para o Estado –, os profissionais estão trabalhando. Aqui na Assembleia Legislativa, os nossos assessores continuam trabalhando. Nas prefeituras, os

profissionais continuam trabalhando de forma híbrida, remoto, quem pode ficar remoto, quem é do grupo de risco, mas presencialmente quem não é do grupo de risco e quem deve continuar trabalhando.

Então, somente na Educação é que as atividades presenciais estão suspensas. E qual é o argumento técnico que diz que não pode ter aula presencial, porque polariza o vírus, dissemina o vírus, se mesmo não tendo aula presencial a gente tem professores sendo infectados? Ou seja, o princípio *sine qua non* de você ser contaminado ou não, é estar vivo; não é dentro da sala de aula. O princípio fundamental que faz com que o indivíduo seja contaminado ou não, é estar vivo. Simples.

E aí eu quero continuar a minha fala. Desculpe, eu falei que ia falar do número 4, não é? "Reafirmar que a vacinação dos professores e demais profissionais de educação não constitui condição necessária para a retomada das atividades escolares presenciais, ratificando posicionamento de que deve haver prioridade e urgência na reabertura das escolas, ainda que em sistema híbrido, desde que exista manifestação favorável das autoridades sanitárias e que sejam implementados todos os protocolos destinados a garantir a segurança sanitária no âmbito dos estabelecimentos escolares."

E aqui eu quero fazer um questionamento, mais um: quais foram os documentos da Secretaria de Estado da Educação pedindo a priorização dos profissionais de educação na vacinação? Existe esse documento? A Secretaria de Educação oficiou ao Governo do Estado, oficiou esse comitê gestor de crise dizendo: "eu preciso que os professores passem da fase última, junto com os apenados, para a fase 1, que sejam prioridade."? Qual foi a manifestação do Estado, em especial, da Secretaria de

Educação quanto a isso? Porque é muito fácil a gente falar: "não, a gente só vai voltar quando estiverem todos vacinados". Mas qual foi o trabalho político, de gestão, administrativo que pediu que os professores fossem vacinados na fase prioritária? Então...

E aqui nós falamos de vários investimentos. Quero parabenizar o Secretário de Educação pelos investimentos feitos, pelas aquisições feitas, laboratório de informática, de ciência móvel. E aí eu pergunto: para que tantos investimentos se nós não temos aula presencial, Secretário? Porque investir numa coisa futura, se aquilo que é presente, que é latente, que dói em pais, que dói em mães, que fez com que a evasão escolar aumentasse substancialmente de 2020 para 2021, não foram tomadas? Por que comprar laboratório de ciências móvel, se antes eu não tinha priorizado os professores na fila de vacinação? Então é questionável. Porque muito me espanta, como parlamentar, fiscal do governo estadual, que as ações que seriam, naturalmente, para o ano que vem, foram tomadas neste ano, e se aquilo que era para ser tomada o ano passado ainda não foram tomadas.

Na semana passada nós aprovamos um PL aqui de R\$ 2 milhões e quase 300 mil, R\$ 2 milhões, 200 e alguma coisa, para aquisição de EPIs. E aí nós estamos falando, Suamy, de um ano e pouco depois. Os EPIs, a sanitização das escolas foi pensada depois de ser comprado o laboratório de ciências. E eu não entendo. É lógico que a gente nunca vai ter – não nunca, que seria... –, mas vai demorar para a gente ter a volta às aulas. E aí eu pergunto: por que deixar apregoado, preso a volta às aulas a dez dias sem filas na UTI? Qual o dado técnico? Então, assim, são várias indagações.

O que a gente percebe é que existe uma grande pressão – e eu vi isso nas ruas, eu vi isso nas redes sociais – do sindicato em não ter volta às aulas. O que a gente vê é um trabalho, um grupo de trabalho dos órgãos de controle, do Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, do Gaepe em ter volta às aulas e uma grande pressão por conta dos sindicatos, e uma grande pressão por conta dos sindicatos. Instaurou-se uma guerrapolítica em relação à educação. Uma guerra do quanto pior, melhor. Política. Enquanto isso os nossos filhos estão “pagando o pato”. Os nossos filhos estão “pagando o pato”. Eu, estudei magistério. Tenho familiar professora do magistério, amigos do magistério. Então, a Educação me trouxe até aqui. Se hoje eu estou sentado aqui nesta cadeira, é porque lá atrás eu tive acesso à educação. Se vocês estão sentados ali na frente é porque lá atrás vocês tiveram acesso à educação. Infelizmente, me desculpem, mas o que eu vejo é um grande movimento do não volta às aulas e eu não consigo concordar com isso.

A evasão escolar, a gente tem visto no início do ano várias matérias jornalísticas dizendo “Ministério Público e Tribunal de Contas se unem para combater evasão escolar.”. Os dados que o Secretário Suamy mostra aqui, são muito bonitos, mas quando você vai para a realidade, tem crianças que não têm celular. Tem crianças que não têm notebook. Aqui do lado, 20 quilômetros, em Candeias, eu estive visitando a Escola Jaime Barcessat. Enquanto eu estava lá visitando, uma mãe chegou lá, “Deputado, eu não tenho dinheiro para colocar dados móveis, porque eu coloco dados móveis, o meu filho não consegue assistir uma aula completa, porque não tenho condições.”. A Diretora falou, “Deputado, o que nós temos gasto com impressora, com

papéis, o que era para gastar em quatro meses, nós gastamos em 15 dias.”.

Então, eu vou falar aquilo, aquilo que eu falei lá atrás, na frente do Secretário de Educação, porque, para mim – eu sou muito tranquilo quanto a isso –, eu estou cumprindo o meu papel. O que eu percebo, e o que eu não quero acreditar é que existe a indústria do caos. Porque enquanto tiver alguns setores, alguns comércios lucrando em cima do “fica em casa”, isso vai perdurar por muito tempo, infelizmente. E aqui, eu quero compartilhar contigo, Suamy, e com o senhor Fernando, em especial, Saúde e Educação, eu estive visitando a Escola Maria de Abreu Bianco, lá em Monte Negro, uma escola municipal. Nós destinamos recursos para a compra de um parquinho, parquinho: uma gangorra e um escorrega. E a Diretora falou assim: “Deputado, nós temos três crianças, aqui, que têm laudo médico de depressão. E o médico orientou que, pelo menos, três vezes por semana, essas crianças venham à escola para brincar no parquinho.”. Então, as nossas crianças estão adoecendo. E eu não falo só da questão psicológica, depressiva. As doenças de LER, já têm estudos que já estão aí, estão aumentando. A postura das crianças de ficar em casa, jogadas no sofá, na cama, fazendo o uso de celular – aquelas que têm acesso, é lógico –, elas têm aumentado também. E aqui vou falar, mais uma vez, da escolha do grupo de risco. Eu acabei de ver num dos slides, 38% dos professores são grupo de risco, 37; 31% de uma quantidade de idade e 7% de outra idade. E os outros 62%? E os outros 62%? Deputado Lazinho da Fetagro é do grupo de risco. Está em casa. Deputado Lebrão é do grupo de risco. Está em casa. Eu não sou do grupo de risco. Eu estou aqui trabalhando. Deputado Adelino poderia estar em casa, mas está aqui, trabalhando. Deputado Chiquinho é do grupo de risco, mas está aqui, trabalhando. Em Rondônia afóra tem muitos outros casos, gente. E não vi, desculpem, vocês da

Agevisa, mas estudo nenhum, desculpem, principalmente Rondônia, que os casos de coronavírus aumentaram por conta da escola. Isso é muito claro, porque estamos há mais de um ano fechados. E as escolas particulares – é lógico, não quero comparar, que é um universo bem menor –, de repente, num grupo tem apenas um. Mas, se prepararam, se prepararam. Compraram, fizeram todos os protocolos. Tem uma quantidade gradual de volta às aulas, de acordo com a fase, 30, 40, 50, sistema de rodízio, forma híbrida, mas elas se prepararam. E estavam tocando e a gente não viu nenhum caso de coronavírus nesses dias que as escolas ficaram abertas. Acabei de receber um dado, aqui, Fernando – acredito que você já recebeu –, o número de coronavírus que diminuiu. Hoje, são 25 casos, 8 em Porto Velho, de óbitos. Menos de mil casos de infectados. Nós estamos mais de uma semana que o Governador, graças a Deus, muito sabiamente – eu o parabeno por isso – flexibilizou ainda mais o comércio. E, aqui, eu falava sempre: nós temos sete dias na semana e 24 horas no dia. É muito mais fácil você flexibilizar de segunda a segunda e deixar o mercado abrir de zero hora à meia-noite, deixar 24 horas aberto, que você não comprime a população em um determinado local. E o número de casos tem diminuído. E, três semanas atrás, a gente passou uma boa parte do período restritivo, e o número de casos não baixavam. Então, assim, é uma doença que é nova. O senhor me falou que ninguém estava preparado para isso. Concordo, se essa fala fosse o ano passado. Hoje, a gente já está com um ano e dois meses de Covid. Em especial, aqui, em Rondônia.

Então, essas são as minhas indagações. Eu quero ajudar. A crítica aqui, não é pessoal. Ela é de gestão. A minha crítica é de gestão. Eu quero só colaborar, mas enquanto a gente não vir um movimento para que a gente possa dar segurança e, acima de tudo, oportunizar o acesso

à educação às nossas crianças, eu vou ser um ferrenho crítico, porque eu acredito muito na educação. Quando você fala em campanha de educação no trânsito, qual é o primeiro universo que nós pensamos? Escolas. Quando você fala que nós temos que fazer uma campanha ambiental para preservar o meio ambiente, qual é o primeiro universo que nós pensamos? Escolas. Então, eu acho que é falta de um não pensar que podemos fazer campanhas para nos proteger da Covid nas escolas.

Eu tenho um filho de 5 anos. Ele sai de casa com máscara, entra dentro do carro com máscara e se eu não falar: "filho, relaxa, tira a máscara", ele vai continuar de máscara durante todo o percurso. Se eu passar num sinal amarelo, "papai, não pode passar, porque o sinal vai mudar", cinco anos. Imagina se a gente conseguisse fazer uma campanha nas escolas! As nossas crianças seriam os nossos fiscais. E, aí, a gente não precisaria dar poder de polícia para funcionário público que não tem experiência nenhuma, não tem questão psicológica nenhuma. Eu sou militar e eu sei disso. Então, as nossas crianças poderiam ser os nossos maiores fiscais. Hoje são, mas poderiam ser muito mais.

Presidente, desculpa por ter me alongado, mas essa era a minha fala. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Complementando só, Secretário Suamy, o Deputado Eyder falou sobre a plataforma e alunos que não têm celular. Eu gostaria de saber se essa plataforma que o governo usa, se fica gravado para quando o pai chega à noite, o aluno ter condições de pegar o aparelho do pai e

assistir essas aulas que foram ministradas durante o dia. Só para a gente depois tirar essa dúvida.

Eu gostaria de passar a palavra aqui ao Deputado Chiquinho da Emater. Logo após, Deputado Jhony Paixão. Depois, Deputado Marcelo Cruz.

Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Senhor Presidente, Deputado Cirone; Senhor Secretário de Educação, Suamy; Secretário de Saúde, Fernando; funcionários da Agevisa, também da Educação.

Dizer, Suamy, que é uma alegria recebendo você aqui. Você sabe que eu tenho visitado muitas escolas e a gente precisa avançar em algumas coisas. O Deputado Cirone falou aí na questão da Infraobra. Realmente precisa avançar. Nós precisamos aproveitar este momento que estamos sem aula para reformar o máximo de escolas possível. Eu sei que o senhor tem feito isso. Tem avançado muito, mas precisamos dar velocidade nisso. E eu não sei se, talvez o que o senhor me falou, tiver um engenheiro lá na ponta, pelo menos para receber as obras, que é importante, para acompanhar. Agora nós precisamos que a sua estrutura aqui é pequena na questão de Infraobra ali e precisamos avançar nesse sentido.

Precisamos também avançar, Suamy, na questão de dar melhores condições aos professores para transmitir as aulas e também aos alunos que têm dificuldade. Eu estive ali também em Candeias um dia desses, na casa de uma professora, e ela estava dando aula para alguns alunos e outros que vinham receber suas apostilas em casa. Alguns alunos não têm essa condição e, muitas vezes, o professor

também não está tendo. Precisa gastar dinheiro com internet, gastar dinheiro com... Acho que esses computadores tinham que ser distribuídos o mais rápido possível para os professores.

Mas, assim, eu tenho acompanhado a Educação e vejo que a Educação, nesses últimos, anos avançou bastante. Por exemplo, eu queria saber do senhor qual foi a nota dos últimos anos da avaliação do Ideb aqui em Rondônia, para nós vermos o que está evoluindo mesmo, se está ou se não está. Acho que a nota diz muita coisa.

Quero também parabenizar o Governo do Estado e o senhor, porque temos avançado muito na questão da pecúnia. Quero parabenizar vocês da Educação que têm tido esse cuidado com os professores, Deputado Follador, porque muitos professores estão aposentados há muitos e muitos anos, e não recebiam a sua pecúnia. E neste governo tem avançado bastante.

Eu queria também perguntar para o senhor como é que está o andamento daquela Emenda do Senador Confúcio Moura de R\$ 18 milhões para a compra de ônibus. Se a ata já está – parece que a ata venceu, o dinheiro chegou atrasado –, se já tem alguma coisa prevista, quando é que vai acontecer isso.

Em resumo, seria mais ou menos isso. Eu tenho muita dúvida na questão de começo das aulas. Eu acho que o momento ainda é difícil. Eu sou contrário a começar as aulas agora. Não nego isso para ninguém. Acho que no momento, nós temos que salvar vidas. Eu acho que é o primeiro... O que nós temos que fazer é isso: procurar salvar, Fernando, o máximo de vidas possível, e eu acho que voltar as aulas é fazer aglomeração, no meu ponto de vista, mas respeito os demais.

Fernando, estão falando aí numa terceira fase da Covid. Isso procede, não procede?

E eu queria saber do senhor, até fiz um Requerimento, Dr. Fernando, que eu queria saber dos hospitais do Estado e também naqueles contratados, qual é o índice que tem salvado vidas em cada hospital? Aqueles que foram intubados, quantos morreram, quantos foram salvos, e também qual o percentual que não precisou ser intubado. Eu até fiz o Requerimento. Tem algumas informações – que ninguém sabe se é verdade – que tem alguns hospitais particulares que são contratados pelo Estado, que não estão tendo um bom índice. A gente não sabe se isso é verdade, não podemos falar coisa de que não tenha certeza. Então, eu queria saber isso do senhor.

Então, Secretários, Professor Suamy e Dr. Fernando, seriam essas as minhas indicações. E dizer que eu acredito muito em vocês dois. A gente sabe do esforço de todos os dois, tanto na Saúde, como na Educação. Nós estamos vivendo um momento diferente, difícil, e que muitas coisas evoluíram. E, lógico, temos que avançar. O que pudermos avançar, vamos avançar.

Então, seriam essas as minhas indagações.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Chiquinho. Aproveitar aqui e fazer uma pergunta para o Secretário Suamy: nós vemos na Secretaria de Educação, a Secretaria realmente com muitos servidores, com muito trabalho, com gestão pedagógica, estrutural, e por que a Secretaria não tem o Secretário Adjunto para ajudar a carregar esse fardo? Fica aí a nossa pergunta, para saber. Como muitos lugares aí, tem o Vice-Prefeito e o Prefeito, e cria-se o ciúme, mas tem serviços para os dois, para os

Secretários à vontade. A Secretaria de Educação, eu vejo como uma Secretaria grande, que teria condições sim de ter Secretário titular e o Adjunto para dividir as tarefas.

O SR. EYDER BRASIL - Quero aproveitar, só para um ensejo a sua fala, Deputado Cirone, meu amigo. Eu queria, na sua pergunta, saber a quantidade de servidores da Educação. Só para a gente fazer um comparativo.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Com a palavra, o Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO - Perfeito, até por conta do distanciamento, retirarei a minha máscara. Distância segura aos demais pares.

Cumprimento o nobre Presidente em exercício, Cirone Deiró. Em seu nome, cumprimento todos os deputados, inclusive aqueles que estão de forma remota. Cumprimento também o Secretário Suamy e o Secretário Fernando Máximo. Em nome dos senhores, cumprimento todos os Secretários. E cumprimento também, aqui presente, a Agevisa.

Uma das perguntas a qual eu também direcionaria, foi bem colocada pelo nobre par que preside esta Sessão, é com relação também à engenharia. Eu, que tenho aí o sangue da Educação em minhas veias, minha mãe é professora, minha tia também, meus primos. Quando eu estive na Polícia Militar, na ativa, eu finalizei a minha atividade dentro de uma sala de aula também. Sou licenciado em Física, minha pós é em Educação. Também, assim como o Deputado Eyder, fiz magistério. Então, tenho um grande amor, e acredito que é

através da Educação que nós vamos mudar vidas e direcionamento de algumas crianças que estão infelizmente, por questões sociais, sendo influenciadas para o mal caminho. E eu – é uma vontade minha – quero colocar aí pelo menos 70% das minhas Emendas Parlamentares na Educação. E a minha preocupação é na celeridade, é na questão do suporte. E fica aí o encaminhamento também, Deputado Cirone, ao Governo do Estado para que possa dar esse suporte à Seduc, através da equipe de engenharia para que possa sim dar celeridade na execução dos projetos. E isso, eu estou falando só das minhas Emendas. Fora os projetos que o Secretário também quer colocar em prática, então precisaríamos desse suporte aí.

A situação é: estive como membro da Comissão de Educação o ano passado, e nós fizemos vários apontamentos e lembro-me como se fosse hoje, na última Sessão, na última reunião da nossa Comissão de Educação, eu fiz uma Indicação coletiva, que, inclusive, Secretário Suamy, eu acredito que seja muito pertinente ao momento que vivemos hoje, que foi justamente de uma plataforma. Eu, antes de estar na política, eu era um concursado de plantão. Então, concurso – Damásio, LFG –, lá estava Jhony Paixão. E como é feito? Pega-se, deputados – não vou dizer quem é o melhor, porque todos os profissionais são bons, principalmente na Educação, porque são heróis –, aquele que tem maior habilidade, didática, é mais desinibido. Então, nós fizemos um encaminhamento – acredito que o Deputado Adelino Follador se lembra – de criar-se a plataforma on-line, na qual ficaria registrada, lógico, a videoaula, dando oportunidade, não só para a criança assistir de forma “ao vivo”, mas que ficasse registrada porque a criança poderia, de forma ordenada, ir até as escolas utilizando ali os computadores, que a maioria das escolas possui computadores, e aquelas que não possuem era o tempo de nós

colocarmos uma Emenda Parlamentar ou o governo, a Secretaria se organizar de uma forma a esses alunos que não possuem, de repente, um computador em casa. Sabemos que pelos dados móveis é praticamente impossível seguir uma aula on-line, ele pudesse ir lá verificar aquela aula, assisti-la novamente, porque ela ficaria ali registrada. E qual foi o encaminhamento além desse? Se escolheria um professor de Matemática para dar o 8º ano. Era um professor, deputados, para o Estado todo. Um professor de Física para dar aula para o 9º ano. Então, nesse momento, seria escolhida dentro da Secretaria, uma banca de profissionais que daria aulas para o Estado todo. E os professores que estão lá na base, que estão nos municípios ficariam apenas com a correção de exercícios.

Provas, eu vi alguns Estados aí fora, no quais, inclusive, estão aplicando provas. Mas, como é feito? Não é todo mundo na escola, aí não podemos colocar em risco os alunos. Mas se nós tivéssemos uma forma com que esses alunos estivessem padronizados, Secretário, padronizados, um ensino padronizado, sabendo que o 8º ano aqui da capital e o 8º ano lá de Cerejeiras estariam aprendendo a mesma matéria, o mesmo conteúdo, eles teriam o mesmo nível de conhecimento. Então amanhã, quarta-feira, quarta-feira é prova, quem vai fazer a prova? Os oitavos anos. Então, coloca 15 alunos em cada sala, faz-se o distanciamento e a prova aconteceria. São algumas indicações que a gente tem visto em alguns Estados e eu acredito que nós possamos também utilizar aqui no Estado de Rondônia de forma a não perder a qualidade de ensino, que a minha preocupação é essa, neste momento.

Eu fiz também uma Indicação e coloco ela de forma coletiva, mas com muita propriedade e também receio neste momento. Que foi, ao iniciar, que os profissionais de

educação todos já tivessem tomado a segunda dose e 15 dias após a segunda dose. Era a forma que eu pensava há 20 dias, quando eu fiz a Indicação. Mas, durante esse fim de semana, eu estive em contato com vários profissionais e o meu conceito mudou. Porque de que adianta nós imunizarmos os profissionais em Educação, que grande parte está na zona de risco, e os alunos? O Secretário Fernando tem mais propriedade para afirmar isso, mas nós temos várias cepas que não é mais a terceira idade que é alvo. Nós temos crianças que têm morrido com a Covid-19, nós temos adolescentes, nós temos atletas. Tem um camarada do meu município mesmo, que o cara tem um vigor físico, visualmente falando, melhor do que eu, e foi acometido de Covid e morreu. Então, essas crianças, esses adolescentes que estarão na escola também podem adquirir a Covid-19 e, infelizmente, levar essa doença para também os seus familiares.

Então, eu acredito que nós precisamos, deputados que nos veem neste momento, nos organizar de uma forma a nos preocupar com a qualidade de ensino, para que não perca essa qualidade de ensino, dando oportunidade tanto para aquele que possui Wifi em casa, como para aquele que não possui e tem que utilizar, muitas vezes, o colégio para ir até um computador que lá existe para verificar a sua aula.

Essas são as reivindicações que faço, com muito receio com relação ao início das aulas, nos preocupando não somente com os professores, mas sim com aqueles outros profissionais que estão em casa, na casa dos 40, 45 que não serão imunizados e que podem ter um parente ou um filho, um tio, um sobrinho acometido de uma doença e isso pode ser disseminado para toda a família, haja visto que nós temos, pelo menos, acho que 6 ou 7 cepas diferentes e, a cada momento, essa doença, esse vírus tem tido mutação, tem se

transformado e se propagado de forma diferente. Obrigado, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Jhony Paixão. Parabenizar pelas suas ações junto à Educação. Nós sabemos dessa bandeira que o senhor tem defendido. Parabenizar o senhor.

Passar a palavra, via remota, ao Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ (*Por videoconferência*) - Obrigado, Presidente. Cumprimentar aqui os nossos dois Secretários. Mas quero falar aqui para os meus nobres pares e quero pedir vênias a todos os colegas, mas aula se repõe, mas precisamos novamente proteger as nossas crianças. Temos a maioria dos professores no grupo de risco ou com idade avançada. Todos nós sabemos disso, isso não é segredo para ninguém. Diferente dos profissionais de outras áreas, como técnicos que atuam no CPA, na própria Assembleia Legislativa, sabemos que o professor tem contato direto com crianças, inclusive eu tenho parentes, tenho amigos que têm contato justamente com aquelas que são assintomáticas. Ou seja, teremos aula de 30 alunos, na qual, em 1 dia, podemos contaminar um bairro inteiro ou um setor. O risco é nítido. É como as festas de confraternização que a sociedade precisa nos ajudar. Que a gente sempre fala: aglomeração são festas em bares, bebedeira, que são aglomerações de pessoas.

Então, quero pedir para todos, por favor, que a gente precisa deixar a ciência falar. Até agora, nenhum Estado teve êxito no retorno das aulas. Não será na pressão que retornaremos essas aulas. Quero parabenizar aqui, de público, o nosso Secretário Suamy, porque está ouvindo a

ciência. Está ouvindo o Secretário Fernando Máximo, a Agevisa. E eu parabenizo, também, o nosso Governador do Estado de Rondônia, que tem seu comitê de enfrentamento à pandemia, que ouve a ciência em primeiro lugar. E a gente sabe, também, que a nossa Educação, não só no Estado de Rondônia, como no mundo e em outros países, está tendo dificuldade. A gente sabe disso. E a gente sabe, também, que nos 8 anos do governo passado, teve problemas na Educação. E ainda mais agora, com esta pandemia, aí que complica ainda mais.

Então, mais uma vez quero parabenizar o Secretário Suamy, o Fernando Máximo, porque não está fácil. Se a gente soubesse uma fórmula, se a gente soubesse uma forma de resolver o problema, a gente já tinha feito isso. E não é só a gente que está com problemas. O mundo inteiro está com problemas, está com dificuldade. E não tem receita ainda para a gente fazer o enfrentamento desta pandemia.

Muito obrigado, Presidente. Minha fala é muito rápida. Só quero parabenizar mesmo os Secretários, parabenizar o Governador, que eu tenho certeza que a gente vai achar uma solução muito em breve e eu tenho certeza de que a vida vai voltar ao normal. Muito obrigado, Deus abençoe a todos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Marcelo Cruz, pela participação. Nós temos aqui algumas perguntas que foram feitas ao Secretário Suamy.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Questão de Ordem ao Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Assim, só para fazer uma fala aqui, em que pese todo o meu respeito a todos os parlamentares que pensam diferente de mim. Mas eu acredito que chega a ser um contrassenso, Deputado Jhony, que muito bem apresentou um projeto que tornou as feiras livres essenciais, não ver o mesmo perigo, que as feiras têm. Eu votei a favor, porque eu acredito na liberação do comércio. O liberalismo econômico é o que nos rege. E, inclusive, falar também da fala do Deputado Marcelo, comparar escolas com festas clandestinas, é até uma..., um motivo de riso, porque a gente está falando de escola, um ambiente controlado. Talvez o ambiente mais controlado da sociedade. Tem todo um corpo docente, pedagógico, uma diretora, um diretor, um vice-diretor, uma coordenadora pedagógica, professores, agentes de limpeza. Acredito que é muito mais controlado que, inclusive, uma feira livre, não é? Lógico, o próprio Governo do Estado graduou a retomada das aulas. A gente não está falando que as turmas voltariam 100%. É de forma gradual, de acordo com a fase de cada município, com a fase do Estado. Então, realmente, é só para esclarecer, para quem está nos ouvindo não ficar nessa dúvida, não é? 'Ah, os deputados que querem volta às aulas, querem que volte 100'. Não. Não é isso. A gente tem de se planejar? Temos. Parabenizo o Deputado Marcelo pelo seu posicionamento em dizer que temos que nos planejar. Mas já estamos aí há, praticamente, 1 ano e meio e nada foi feito, não é? Deputado Marcelo Cruz, obrigado por estar participando conosco de forma remota, dando a sua contribuição. Mas acredito que a gente tem, em algumas coisas, temos que pontuar nessa questão de volta às aulas.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Parabéns, Deputado Eyder Brasil.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Presidente, Questão de Ordem. Eu fui citado, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Por favor, o Deputado Marcelo Cruz está com a palavra.

O SR. MARCELO CRUZ (Por videoconferência) - Meu Presidente, eu respeito muito o Deputado Eyder Brasil, o posicionamento dele. Inclusive, ele apresentou o projeto Volta às Aulas, muito bacana, parabenizar ele porque é muito atuante, mas Presidente, quem é que consegue controlar criança? Meu Presidente, eu já fui criança. Todos nós fomos crianças. Como é que a gente consegue controlar uma criança dentro da sala de aula? Ela querendo brincar, ela cheia da energia, querendo tocar no coleguinha, querendo tocar no professor, querendo abraçar o professor. Pelo amor de Deus!

Meu Secretário, parabéns. Parabéns, Fernando Máximo. Só quem sabe as dificuldades que a gente está enfrentando é quem está lá. Eu vi um vídeo, esses dias agora, de uma pessoa falecendo, morrendo por falta de ar e a gente precisa salvar vidas neste momento. Precisamos, realmente, olhar para o nosso próximo. Mas parabéns, Deputado Eyder

Brasil. Esse é o meu posicionamento. Respeito o seu também, mas eu estou junto com o nosso Secretário de Saúde, o nosso Governador e a ciência. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Marcelo Cruz.

Questão de Ordem ao Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu recebi aqui, os professores também estão assistindo, e eles estão hoje usando o seu celular, o seu computador, sua energia, sua internet. E por que cortou o transporte escolar, que é a única gratificação? Ou tivesse mudado esse auxílio-transporte para um benefício, porque... E agora voltando híbrido, como que se diz, tendo os dois, eles vão ter muito mais trabalho, porque eles vão ter que atender a questão dos questionários por escrito e vão ter que também atender presencialmente. Então nós precisamos... Tem uma economia, que foi feita no transporte escolar, economia na energia, economia em vários setores na Educação, teriam que valorizar também mais.

E dizer também que ninguém controla criança em casa não, ninguém controla criança dentro de casa. Duvido que a criança fique dentro de casa. As crianças não estão na aula, estão ao redor de casa, estão com os parentes, estão com os vizinhos e não ficam. Eu visitei uma família agora essa semana, no segundo semestre, na escola particular teve aula durante todo o tempo, seis meses, nunca teve Covid. E os filhos deles foram de férias, no final do ano, pegaram Covid. Na sala de aula ninguém pegou durante a aula, que tem o distanciamento. Só os pais que assinaram a declaração voltaram.

Então, é possível, sim, mas com cuidado, com todas as restrições. E não é pensar que criança, não estando estudando, estão protegidos dentro de casa não, porque eu não vejo nenhuma criança pequena dentro de casa. Elas estão todas com vizinhos, estão com parentes, estão sempre em contato com outras pessoas. O risco existe em qualquer lugar. Então só para deixar essa minha posição.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Adelino Follador. Eu quero aqui - antes de o Secretário Suamy falar das suas respostas, não sei se ele vai preferir, como é que ele vai fazer, uma sequência -, eu quero aqui agradecer a presença aqui também do nosso Secretário de Saúde, Fernando Máximo, que vai contribuir aqui com a Secretaria de Educação, toda equipe de servidores da Saúde. Em seu nome, Fernando, agradecer a todos os profissionais de Saúde do Estado de Rondônia, que estão há 1 ano e dois meses nesta pandemia. Nós sabemos que nossos profissionais estão exaustos, cansados, muitos foram acometidos de doenças, como a própria Covid, e estão aí no *front* batalhando para salvar vidas no Estado de Rondônia. Tem o reconhecimento desta Casa, aqui nós temos um representante da Saúde, que é um defensor dos profissionais da Saúde. Então em seu nome, nós não cansamos de ter essa gratidão a esses profissionais que fazem esse enfrentamento.

E eu quero só deixar aqui alguns questionamentos, Secretário. Quero, primeiramente, parabenizar o governo por zerar as filas de leitos de UTI. Nós tivemos quase 200 pessoas na fila, Deputado Dr. Neidson, e hoje nós estamos com leitos zero nas filas, praticamente, conseguindo atender as demandas do Estado. Então, parabenizar o governo pela gestão, ter levado a outros Estados. Parabenizar pelo

serviço de aeronave dentro do Estado de Rondônia. O governo não se furtou de contratar várias aeronaves, de estar diuturnamente buscando pacientes no interior do Estado com as aeronaves, dando total suporte. Sabemos o custo alto disso e o governo não se furtou disso. Então, fica aí o nosso reconhecimento por esse trabalho.

Eu quero aqui, Dr. Fernando Máximo, só fazer alguns apontamentos. Desde o início do nosso mandato, o Governador e o senhor estiveram em Cacoal. Nós pedimos um convênio de cateterismo com a clínica particular, que já vinha, em governos anteriores, sendo feito esse convênio. Custa aí um cateterismo hoje R\$ 2 mil e poucos reais. Faz dois anos que é para fazer esse convênio, não conseguiram fazer até hoje, e um avião para buscar um paciente lá custa R\$ 18mil, e ainda tem que fazer o cateterismo. Então por que não foi feito esse convênio? Equipamentos, nós temos no Hospital Regional, no Heuro, são de firmas terceirizadas, nós deveríamos criar – aquilo que eu falei para a Educação eu vou falar para o senhor –, nós deveríamos criar uma Comissão para fiscalizar essas empresas que ganham essas licitações e não cumprem o papel delas. Se a empresa não cumprir, nós temos que notificar, colocar o Tribunal de Contas, o Ministério Público, deixar inidôneas essas empresas, mas nós não podemos permitir. Nós temos em Cacoal uma máquina de tomografia que tem mais de seis meses quebrada. E, além de ser quebrada, Deputado Dr. Neidson, eles ganharam a licitação para ser de 16 canais e está atendendo com 2 canais. Olha a qualidade. Então, não tem qualidade. Então, nós temos que ter uma Comissão enérgica em relação a isso, pessoas bastantes enérgicas em relação a isso.

Eu já falei com o senhor várias vezes, os profissionais de atendimento. Nós temos aqui essa lei

votada por esta Casa, que nós podemos contratar os temporários. Contrata essa linha de frente. Nós precisamos ter a enfermeira lá na frente. Contrata as pessoas para ter esse acolhimento, assistente social, pessoas que estão em formações em faculdade, para ter esse primeiro acolhimento, nós termos uma humanização no preenchimento de ficha. Às vezes a pessoa já está na terceira idade, não tem condições de digitar, leva duas horas para fazer uma ficha que uma pessoa de 18, 19 anos faria em três minutos. Então, é uma sugestão nossa que contrate esses temporários, tanto para fazer as fichas quanto a triagem. E aí, fortalecimento dos hospitais municipais, para a gente, em vez de estar mandando para os grandes centros, para Cacoal, para Porto Velho, que a gente fortalecesse os hospitais municipais, o governo, de alguma maneira, ou financeiramente ou em alguma situação ajudasse nessa gestão para que a gente diminuísse esse trânsito de ambulância e dar atendimento aos grandes centros.

E o cronograma de vacinação: como está esse cronograma de vacinação? Aqui na Assembleia Legislativa, foi uma Indicação nossa, de vacinação das pessoas das Apaes, com síndrome de Down, com deficiência, com algum tipo de deficiência. Nós vimos, aqui, o Secretário falar que nós temos 6 mil crianças que são atendidas na rede pública, que têm algum distúrbio.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Especiais.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Uma pessoa especial, e o que a Secretaria está fazendo? Qual o cronograma de vacinação para essas crianças especiais, para que a gente, possa, aqui, ter algum esclarecimento a nossa sociedade

rondoniense. Fazendo jus, aqui, começamos as perguntas pelo nosso Secretário de Educação. Ele está com o microfone aberto para as respostas.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Então, vou responder como foram propostas as questões.

O Deputado Cirone questionou sobre o Cartão Alimentação. O Governador do Estado já determinou a manutenção do pagamento no mesmo valor. Porque nós também temos que ponderar que não é, como eu expliquei, não é uma fonte de alimentação que venha do Fundeb, que, inclusive, a merenda escolar não contabiliza para os 25% da Educação.

O SR. ADELINO FOLLADOR - A mesma quantidade de cartões?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Sim, os mesmos 48 mil. Porque quem possui NIS (Número de Identificação Social) cadastrou na escola. Essa é uma das vantagens de você saber quem está matriculado ou não. Porque, se não estiver, infelizmente, vai ficar fora.

Com referência à questão da aceleração na Infraobras, o Estado contratou, estamos com contrato, praticamente, acertado, mas foi questionado pelo Tribunal de Contas, a questão da lista de escolas, uma ata de registro de preços para Porto Velho, de manutenções de escolas. Porque Porto Velho, considerando a questão dos governos que eram muito interioranos, muita coisa deixou de ser feita em Porto Velho. Mas, agora, nós estamos com cuidado. Também, amanhã, tenho uma reunião para a contratação de uma ata, para

adesão de uma Ata de Registro de Preço de projetos, para acelerar isso o que os senhores estão pedindo. É para o Estado inteiro, que vai nos facilitar essa..., desviar da burocracia. Também gostaria de informar que a Seduc, esses engenheiros da Seduc, nós passamos por três experiências, acho que o Deputado Adelino Follador, Deputado Chiquinho conhecem bem essa história. No Governo do Cassol, o sucateamento foi brutal. No Governo do Dr. Confúcio, piorou. Nós recebemos 380 contêineres Estado afora e na passagem, dia 31 de dezembro, os contêineres eram legais, no dia 01 de janeiro de 2019 já não eram mais legais. E até o orçamento dos bombeiros foi estourado para fechar os contêineres onde eles estivessem. Então, assim, são situações, é uma herança um tanto quanto complicada. Nós estamos trabalhando. Há que se considerar também, na questão da morosidade, Deputado Cirone e demais deputados, que existe uma burocracia no serviço público, que não é tão fácil de vencê-la. Essa coisa, e os cuidados. Porque, ex-secretários que não cuidaram dessa burocracia, têm deles com multas de R\$ 800 mil para atrás. E eu não gostaria de fazer parte dessa lista. Sei que não é tão fácil desviar de projetos, de processos que contabilizam investimentos. Mas, a gente sabe já disso. A lista vai da Professora Sandra Marques e chega na Professora Angélica e eu estou fora, porque ainda não fui avaliado. Mas, assim, não é tão fácil vencer o Tribunal de Contas.

E com referência, Deputado Cirone, a secretário adjunto, essa é uma questão que não é, que não pode ser tratada com a Seduc, mas, sim, com o Governo do Estado. É a questão do Governador, da Governadoria, porque, se olharmos para atrás, as experiências que envolvem os secretários e os adjuntos na Educação, não existe muito êxito. Não é tão fácil a relação.

A questão da volta dos vigilantes, eu tenho, nós estamos com um processo na Supel, já avançado, emergencial, contratação de mais 50 e um permanente também, que já está rodando também, para 258 postos para atenderem também no turno, sábados, domingos e feriados. Para redução de custos, enquanto a escola estiver funcionando não teremos a dinâmica do roubo acontecendo dentro dela.

A questão da conectividade para professores. Esse é um assunto que eu propus à Procuradoria-Geral do Estado e está sendo feito o fecho. O Procurador da Secretaria de Estado entende que é possível, mas está com a Procuradoria-Geral do Estado para avaliar.

Com referência aos notebooks, esses já estão..., já, já serão entregues. Agora, com referência à conectividade, um auxílio, isso aí..., até porque também, diferente do que muita gente pensa, o auxílio-transporte não acontece no Estado inteiro, porque tem regiões que nem transporte coletivo existe. Então, não é para todo canto que se oferta, que se paga o auxílio-transporte. Tem gente que mora do lado da escola. Você tem que comprovar distâncias e tudo mais para poder recebê-lo.

O aluno concluinte de Abaitará, eu garanto para o senhor que amanhã vou procurar a professora Adir. Nós tivemos problemas, alguns desafios diferentes no Abaitará. Está com direção nova e eu vou amanhã providenciar e lhe passarei a resposta.

Planejamento para investimentos. Essa é uma coisa que você entra, você possui um planejamento aprovado entre agosto e setembro de cada ano. Mas nós não sabemos o que vai acontecer na área do superávit e, muito menos, nas quedas de arrecadação. Então, a execução está planejada. Mas, por exemplo, quando você não pode mais pagar o

transporte, você pode recolher o recurso de imediato? Ainda não, tem que dar um tempo para que a Sepog, para que o Tribunal de Contas, "agora já pode investir em outra coisa esse recurso". Então, não é assim. Não dá para planejar. E olha que são aproximadamente R\$ 100 milhões com transporte de estudantes, sem contar as intempéries causadas, como aquela em que eu me tornei interventor, na marra, do sistema de transporte coletivo.

O SR. ADELINO FOLLADOR - R\$ 100 milhões/ano?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - É.

O SR. ADELINO FOLLADOR - R\$ 100 milhões por ano. Quanto que gastou ano passado, agora do ano passado?

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - O ano passado só foi o primeiro bimestre. Então, foi uma etapa pequena, não é? Apenas 20% do recurso. Daí para frente, nada funcionou. Muitas prefeituras andaram pagando algumas manutenções de frota próprias, outras não. E a Procuradoria negou, Deputado Cirone, Presidente, ela não aquiesceu o pagamento. Estão numa briga com o Tribunal de Contas, porque ele não vai considerar algumas coisas. É preciso apaziguar essa situação entre Justiça e Tribunal de Contas para que chegue a uma razão, porque não é assim. Nós não podemos, porque qualquer decisão daqui a pouco aponta os canhões para um lado aí, não é? Está sendo arguida a questão da legalidade para se pagar um serviço que não aconteceu. Essa é a grande questão. Porque o Estado poderá

encontrar outros meios para pagar, se for interessante. Agora, com o recurso da Educação é um pouco complicado.

Deputado Dr. Neidson, eu diria ao senhor que o retorno presencial dos indígenas não existe consenso entre eles, entre regiões. Por exemplo, o Suruí, quando nós conversamos na última reunião, eles - Gavião pulou fora -, eles não... Não é consenso em algumas regiões. Mas o calendário escolar, nós precisamos acertar algumas coisas com referência ao calendário escolar, inclusive a interpretação que damos para isso. Porque, dependendo da situação, nós não teremos força. E mais: temos alguns caciques que já escreveram "governador genocida" e não sei mais o que, e tal. Não é uma classe tão fácil de se lidar com ela. Encontra-se um ou outro, alguns que são da área política - possuem um grau de politização maior - que são favoráveis, outros que não.

A escola Alkindar Brasil já não pertence mais à Seduc. É uma escola que foi militarizada na cidade de Guajará-Mirim. Posso conversar com o Comando da Polícia Militar para saber o que aconteceu, o que está acontecendo e a questão de cuidados.

Pessoas que os seus investimentos pecuniários, as dívidas que o Estado possui para trás e que já estão aposentadas e que viraram verbas rescisórias, isso aí nós encontramos, no começo deste ano, na Fonte 300, Nilson? E fizemos um pagamento massivo disso neste início de ano. Nilson.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Pode usar a palavra, Nilson.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - As verbas rescisórias dos aposentados, nós não podemos pagar essas verbas rescisórias com os recursos do Fundeb. Os recursos do Fundeb, nós só podemos pagar os servidores ativos. Ou seja, os professores e os outros servidores que estão ativos. Os aposentados, nós temos que ter recurso da Fonte 100. Nós pagamos aí praticamente quase R\$ 20 milhões no ano passado. E esse ano, entre aposentados e ativos, R\$ 7 milhões, 888 mil até agora, já incluindo o mês de abril, que vai ser pago.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só para tirar uma dúvida, Nilson...

O SR. DR. NEIDSON - E falta quanto ainda para pagarem?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - E outra coisa, Deputado Dr. Neidson, por exemplo, o senhor pode usar o recurso do Fundeb, se a pessoa estiver ativa.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Ativa.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - E por que o governo não pega todos esses processos e dá uma celeridade, e usa esse recurso, porque a gente vê - Deputado Eyder Brasil falou bem -, e a gente vê isso no dia a dia: o governo tem comprado coisas assim, parece que para gastar o dinheiro. Por que não aproveita isso, Nilson, e gasta, atualizando a lista de quem está na ativa? Para citar aí, o laboratório.

Por exemplo, foram comprados vários ares-condicionados lá para a nossa região - eu falo "a minha região", porque eu estou fiscalizando. E as escolas não têm nem energia. Não têm instalação suficiente para tocar esses ares. Então, porque a gente não pega esses recursos e prioriza, e põe antes que eles se aposentem? Que daí o governo dá uma organizada...

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Então, esse é o nosso plano, Deputado. Esse é o nosso plano. Nós, inclusive, estamos dando prioridade em ordem cronológica para aquelas pessoas que estão próximas a se aposentar. Por exemplo, 1982, nós temos aí dois servidores. Isso seria a prioridade: pagar antes de eles se aposentarem. Porque se nós os pagarmos com os recursos do Fundeb, evitaria de eles entrarem com um processo de verbas rescisórias. Então, o nosso plano é pagar esses servidores, todos os que estão na ativa, com os recursos do Fundeb, o mais rápido possível inclusive.

Hoje nós temos 15 mil Requerimentos de licença-prêmio em pecúnia, só para você ter uma ideia. Mas também nós não podemos deixar de pagar as pessoas que se aposentaram, pessoas que contribuíram para o Estado, pessoas que se dedicaram a vida toda, e depois que se aposentam não têm o recurso para pagar. Então, nós estamos priorizando não só as pessoas que estão na ativa, mas também pagando os servidores inativos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Entendido, Senhor Nilson. Só Questão de Ordem aqui, o Deputado Dr. Neidson fez a interferência.

O SR. DR. NEIDSON - Já pagaram R\$ 20 milhões, e depois mais R\$ 7. Falta quanto ainda para pagar?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Em 2019, nós pagamos em torno de R\$ 13 milhões, em 2019. Em 2020, nós pagamos em torno de R\$ 20 milhões. Se nós...

O SR. DR. NEIDSON - E falta... Vocês têm...

O SR. EYDER BRASIL - E agora, R\$ 7 milhões, até abril.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA -R\$ 7 milhões e 800.

O SR. DR. NEIDSON - Vocês têm aí a estimativa de quanto ainda falta pagar para esses funcionários?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Olha, nós já temos uma estimativa. São R\$ 200 milhões, são 15 mil Requerimentos. R\$ 200 milhões, se nós formos pagar tudo em pecúnia, R\$ 200 milhões, R\$ 35 milhões para servidores inativos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Respondido, Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Só mais um, Deputado. Então, isso aí também nós já registramos inclusive no passivo da Seduc também, para constar no passivo da Seduc, no setor de contabilidade da Sefin. Já registramos esse passivo, que esse é um compromisso que nós temos, é uma dívida que nós temos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Questão de Ordem ao Deputado Adelino.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Mas tem muita gente aposentando e não está conseguindo receber essa pecúnia, e depois vai lá, arruma uma desculpa, "não, agora aposentou, só quando sair a rescisão.". Eu conheço vários casos que pediram, até para a gente verificar, e é sempre essa desculpa. Então, a partir de quando começou essa prioridade?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Nós temos aí, inclusive, os números. As pessoas que mais receberam são os servidores inativos. Os servidores inativos são os que mais receberam.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Não, mas eu acho então que tem que pegar esse pessoal lá, de fato, priorizar. Não deixar aí...

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Sim, claro.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Porque senão ele fica o resto da vida e não vai receber. Eu conheço gente que aposentou com cinco pecúnias e não recebeu mais, está lá. E aí não recebe mais, é muito difícil eles receberem depois.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Receber vai receber sim. Porque nós temos um programa lá, o nosso setor de orçamento, e já estão priorizando, prevendo um orçamento da Fonte 100, para dar celeridade a esses processos.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Viu, Nilson, eu quero aqui fazer justiça: tem avançado bastante as pecúnias dentro do Estado de Rondônia, mas essa questão da sugestão foi para aproveitar o recurso do Fundeb. Você entendeu, não é?

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Sim, claro.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Você pagar aqueles que estão mais próximos de aposentar e já começar a eliminar para você não entrar na Fonte 100 do Governo, que daí poderia usar o recurso.

Questão de Ordem, Deputado Chiquinho.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Não, eu só queria, Nilson, você disse que tem 15 mil ativos, não é? Isso todo dia cresce.

O SR. NILSON GONÇALVES VIEIRA - Sim.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Todo dia cresce. E vai entrando. Então, é difícil zerar. Agora, os aposentados, dá para zerar o mais rápido possível. Agora, os que estão na ativa não tem jeito de zerar, porque todo dia vão entrando processos e mais processos.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem, Presidente. Eu estava ouvindo o Secretário Suamy responder, e eu estava fazendo alguns apontamentos aqui. Eu não sabia que poderia ter intervenção. Então, como teve essa intervenção, para não alongar muito esses apontamentos, Secretário, o adjunto da Seduc não é de competência da Secretaria? O Adjunto da Seduc? Eu, o Fernando Máximo e a Secretária de Saúde, e ele está sentindo o peso gigantesco nas costas dele. Dentro da Secretaria dele tem a vaga para Secretário Adjunto, que poderia dividir com ele o peso. Então, o senhor prefere tocar sozinho, com todas as dificuldades, do que pedir: "Governador, nomeia um Secretário Adjunto para dividir o piano comigo". Assim, o que eu entendo, talvez, aí a sua fala... o senhor: "não, não é problema meu". É claro que é! É o senhor que está lá. Então, se eu tiver alguém do meu lado que possa dividir o trabalho comigo, isso é muito mais fácil. Então, o problema do Adjunto é da Secretaria de Educação sim. É só um apontamento. Mas é lógico, é o senhor o Secretário. E eu não vou entrar nesse mérito.

A educação indígena, são eles que decidem: "eu não quero que tenha aula", então? Assim, então há a possibilidade de mesmo os profissionais de Educação serem vacinados as duas levas e o Sintero falar "não, não tem aula enquanto os alunos todos não forem vacinados.". E aí não vai ter aula de novo, porque quem manda na Educação não é o Secretário e sim os agentes externos.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Presidente, eu acho que nós temos que deixarele responder todas as perguntas e nós anotarmos, porque senão nós vamos ficar aqui até meia noite.

O SR. EYDER BRASIL - Justamente. Eu estava anotando para no final a gente fazer, mas começaram os questionamentos, senão passa aqui e eu não tenho mais folha para anotar. Aí é o problema. A assessoria pode me conseguir papel aí, por favor?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Vê papel aí, por favor, para o Deputado Eyder Brasil.

Secretário Suamy, eu queria só abrir um espaçozinho, a Dra. Flávia pediu a palavra um minutinho, ela está aí desde às 17:30 esperando.

A SRA. FLÁVIA SERRANO - Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes. E só fazer algumas considerações em relação às questões colocadas pelo Dr. Eyder Brasil com relação à Agevisa.

Vou primeiro me apresentar. Eu sou Flávia Serrano, sou biomédica de formação, sou doutora formada pela nossa Universidade Federal de Rondônia, então eu também estudei muito. Eu acho que a gente passa praticamente a vida toda estudando. Então eu também dependi e dependo muito da escola. Fui professora, durante dezessete anos e meio, de ensino superior, ajudei a formar muitos profissionais da área de saúde no Estado de Rondônia. Sou funcionária pública do Estado desde 2006, no qual eu atuei na Agevisa e no Centro de Pesquisa e Medicina Tropical. Então eu atuei na Vigilância quando entrei, depois fui para o Centro de Pesquisa, onde realizei meu doutorado, trabalhei dentro do Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo seres humanos e retornei à Agevisa agora para atuar na pandemia. Então, eu estou exatamente o tempo da pandemia novamente na Agevisa. A Dra. Flora, nossa diretora, pediu para que eu participasse dessa plenária exatamente em consequência da minha participação ativa dentro do Gabinete de Articulação de Enfretamento à Pandemia - GAEPE, no qual a Agevisa vem contribuindo. Eu acho que é muito importante a gente deixar claro o papel da Agevisa dentro de tudo isso.

A Agevisa é um órgão consultivo, a gente não tem decisões, é um órgão consultivo e de vigilância em saúde, no qual é dividido em várias vigilâncias em saúde e aí eu vou citar duas vigilâncias que têm sido bastante ativas dentro desse processo de construção da Educação que é a Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, da qual eu falo parte.

E dizer a todos vocês que sim, a Agevisa tem participado intensamente do Gaepe. E junto ao nosso Secretário de Educação, Dr. Suamy, nós temos acompanhado todas as dificuldades, que é muito importante a gente citar aqui que não é uma dificuldade da pandemia e da Educação,

do Dr. Suamy ou do nosso Governador, mas sim uma dificuldade que vem antes de tudo isso. Eu acho que a Educação, assim como todos os outros setores já tinham problemas e esses problemas acabaram ficando bastante aparentes dentro da pandemia. E a gente vem construindo uma resolução e nós sabemos que, de forma nenhuma, em nenhum momento é colocado que o retorno de atividades escolares é isenta da existência da Covid. A gente não tem como afirmar isso. Então a Agência de Vigilância....

O SR. EYDER BRASIL - Nem o contrário, doutora.

A SRA. FLÁVIA SERRANO - Nem o contrário, exato. Porque nós não temos, como o senhor colocou, estudos dentro das escolas, porque as escolas não tiveram tempo hábil para exercer as atividades. Nós tivemos o retorno das atividades escolares nas instituições privadas o ano passado, tivemos um sistema de informação que mostrou poucas infectividades entre aqueles indivíduos que estavam participando das atividades escolares, mas o tempo foi muito pequeno. E esse sistema, que era ligado ao Datasus, foi excluído pelo Ministério da Saúde. O Brasil inteiro perdeu por isso. E a Agevisa, diante da sua responsabilidade, já montou outro sistema de informação para quando houver o retorno das atividades escolares.

Então, além de todo sistema de notificação, a gente criou um sistema paralelo exatamente para a gente ter essa noção se o retorno das atividades escolares vai contribuir ou não com a ascendência de casos de Covid e óbito. A vigilância criou, produziu a Nota Técnica 53, pela Vigilância Sanitária, e criou a Nota 05 pela Vigilância Epidemiológica exatamente para retorno das atividades

escolares, como forma de orientação às escolas, no caso de haver casos de Covid dentro da escola.

Então assim, se a escola retorna amanhã, existem notas técnicas, tanto de protocolo sanitário quanto de protocolos que envolvam as questões de possíveis surtos da pandemia.

O SR. EYDER BRASIL - Já existe hoje esse...

A SRA. FLÁVIA SERRANO - Existem essas duas notas técnicas.

O SR. EYDER BRASIL - É que a princípio as escolas particulares voltam na quinta. São 10 dias sem filas, não é?

A SRA. FLÁVIA SERRANO - Exato. E as escolas, tanto as escolas particulares quanto as escolas públicas, todas elas têm como referência essas notas técnicas. Tanto que a escola, como o Dr. Suamy citou, já tem criado todo o desenvolvimento das construções de um novo cenário para a educação, em cima desse protocolo sanitário e quanto ao retorno, em cima da nota técnica relacionada à vigilância epidemiológica.

Então, sim, as escolas privadas vão seguir essas notas técnicas.

Então, se nós tivermos mais de 2 casos numa sala de aula, essa sala de aula tem que ser fechada durante 15 dias para que só depois desses 15 dias possa haver retorno. Então, existe protocolo. Em nenhum momento a Agevisa diz

que é a favor ou contra. O papel da Agevisa é construir notas técnicas que possam direcionar as ações da educação, as ações de todos os órgãos.

O SR. EYDER BRASIL - Uma Questão de Ordem, só para contribuir. Eu discordo da senhora. A Agevisa, a Secretaria de Educação emitiu um documento-resposta a esta Casa de Leis, falando que, por orientação da Agevisa, as aulas continuariam suspensas. Não sei se se trata da sua divisão epidemiológica ou direto da cúpula da Direção, da Presidência da Agevisa. Só sei que a Agevisa subsidiou a Seduc e a Seduc confeccionou um documento dizendo: "Ó, a Agevisa falou que não pode ter aula.". Esse é o documento que nós temos. O Deputado Adelino Follador, inclusive fez questão de reproduzir e entregar em todos os 24 gabinetes dos deputados. Talvez a senhora, doutora, não tenha conhecimento, mas esse documento chegou até a Comissão de Educação e está nesta Casa de Leis.

A SRA. FLÁVIA SERRANO - Realmente, ao meu conhecimento, eu sou Coordenadora Estadual do Covid, participo do Gaepe, mas não tenho conhecimento desse documento. Não tenho conhecimento. Então, como nós já sabemos, nós não podemos mais associar a Covid à existência de comorbidades. Nós já sabemos que a Covid vai atingir pessoas com comorbidades ou sem comorbidades. Eu acho que também é muito importante a gente entender que no caso de crianças, já existem estudos que mostram que as crianças podem ter, em sua maioria, ausência de uma proteína, que é uma proteína receptora do vírus, que recebe o vírus. Muitas crianças têm ausência dessa proteína. Isso é um estudo realizado fora do País, então assim, nós não temos muitos

estudos no Brasil, mas o Dr. Fábio Jung, que é um professor da Universidade do Paraná, fez um apanhado de todos os estudos realizados no mundo todo, mostrando o retorno das atividades escolares em 2020. Nós temos um cenário completamente distinto de 2020, em 2021. Acho que é importante a gente também citar isso. Com a entrada das VOCs (Variant of Concern), que são as variantes de atenção.

Então nós precisamos, sim, desses parâmetros, nós precisamos, sim, desses estudos, só que o nosso papel, enquanto Agevisa, é criar esse movimento, esse ambiente norteador, para que possa ter segurança, tanto a educação, quanto a saúde. Não é uma tarefa simples. Não é uma tarefa simples a ninguém e é importante, neste momento, que a gente compreenda que o cenário nunca vai ser um cenário confortável. Nunca vai ser um cenário confortável. Porque nós não vivemos de forma confortável. Então, nós não temos como construir nenhum processo de desenvolvimento em nenhuma área, se a gente não viver. Então, nós da Agevisa e eu, enquanto coordenação de Covid e da vigilância epidemiológica, a gente sabe que existem momentos que, de fato, nós não temos possibilidade de ter retorno de atividade escolar, assim como nós não temos possibilidade de termos um retorno de nenhuma outra atividade, como já foi proposto anteriormente, com o fechamento do comércio, etc. Mas o que o Dr. Suamy enfrenta na Educação, com relação às questões de escolas públicas e de todos os cenários de ajustes e de EPIs, é que vem dificultando e, de fato, a gente está construindo isso juntamente dentro do Gaepe, então, com muito diálogo. Essa é a minha fala. Espero ter contribuído.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Dra. Flávia. Continuando aqui, ouvindo as respostas do nosso Secretário Suamy, da Educação.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Deputado Eyder, neste documento aqui, salvo melhor juízo, não existe afirmação que a Agevisa tinha imposto uma situação sobre a Seduc para não retorno. O documento está na mão do Deputado Adelino Follador e não consta essa informação.

Bom, mas eu vou voltar...

O SR. EYDER BRASIL - Só uma Questão de Ordem. Eu vou, o senhor está falando que o senhor está com o documento na mão, a gente, eu tenho um documento, no meu gabinete, que como o Deputado Cirone falou, eu fui um dos primeiros, talvez o único mais efetivo a defender a volta às aulas, a pedir um planejamento, e aí, a gente tem um material separado no gabinete lá, se der tempo, a assessoria vai trazer aqui, mas eu, eu...

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - Se o senhor quiser, eu posso ler aqui.

O SR. EYDER BRASIL - Não, eu tenho um outro documento que chegou específico para o nosso gabinete, da indicação do nosso projeto de lei. Primeiro foi feita uma indicação do retorno gradual, depois um Projeto de Lei. Para esse documento de indicação de volta às aulas de forma gradual, recebi esse documento, que eu falei: "Sim, eu vou precisar

desse documento um dia". E aí eu quero que continue, Secretário, até para a gente ganhar tempo, não é?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Chegou o dia. Sim. Por favor, Secretário. Obrigado, Deputado Eyder Brasil.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - O Deputado Adelino Follador trouxe uma palavra de uma promotora falando a respeito da pesquisa de uma doutora da FGV, ligada à FGV, mas que estava atendendo por outra instituição. A pesquisa que foi feita pela doutora, data vênha a todos que estão aqui, ela é desconhecida pelo Inep e pela Capes. Os métodos avaliativos, para avaliarem a educação nacional, são determinados pelo Inep. Nós não temos nenhum professor em Rondônia, nenhum gestor, nem a Seduc, nós não respondemos nada. Então aquela pesquisa foi uma pesquisa... Inclusive, o Consed arguiu a FGV que disse: "Não, ela não estava trabalhando para nós nesse momento". Quer dizer, é um conjunto, uma celeuma danada com aquele documento.

O nível do ensino ofertado é fraco? Depende para quem. Nós estamos no Estado de Rondônia. Com a chuva maior, vai dar trabalho para quem propõe moção de louvor a alunos e professores, porque se nós tivemos pouco mais de 200 alunos com notas acima de 800 pontos - resultado do Enem de 2019 - , nós temos agora um quantitativo relativamente maior em todo Estado. E com uso de plataforma e com uso de aula on-line. Respondendo ao Deputado Cirone Deiró e ao Deputado Jhony Paixão, diria para os senhores que a aula on-line nas plataformas - que inclusive apresentei aí - elas são on-line, off-line. No dia que o pai pegar, tem pais que pegam lá o chip, vai salvar o HD e vai salvar, salva 10, 15, 20

aulas e leva para o filho dele. Na realidade, o que nós buscamos é manter um vínculo entre o estudante e a escola. Essa compreensão – e eu diria para os senhores, já tentei explicar isso para muita gente –, ninguém aprende inglês pensando em português. Não se pode avaliar educação em um momento de pandemia pela relação e pelos resultados do momento presencial. Eu entendo que muita gente tem um olhar sobre educação, e graças a Deus que existe isso, essa preocupação. Entretanto, nós precisamos compreender o momento em que vivemos. Eu, pelo menos, trabalho com pessoas que estão, um é a favor, outro é contra. Isso está nas ruas.

A busca ativa proposta foi feita para que nós mantivéssemos os vínculos com os estudantes. E é uma luta. Não acreditem que seja fácil. Isto é uma briga de faca e foice, porque gestores e, graças a Deus, toda a estrutura, o próprio Tribunal de Contas, Ministério Público, correram atrás disso para nós levantarmos. Nós conseguimos buscar cerca de 90% dos estudantes. Nós tínhamos uma defasagem de aproximadamente 30 mil indivíduos inicialmente, que estavam sumidos. Diminuímos para 16 mil. E, graças a Deus, reduzimos, em muitos lugares, grandes escolas como o Carmela Dutra, reduziu para zero. Agora, matrícula automática, essa não é uma orientação nossa, essa é uma orientação nacional: “não perca os alunos de vista.” As resoluções do Conselho Nacional, pelo amor de Deus. E mais, nós temos, no Estado de Rondônia e no Brasil inteiro, uma briga ferrenha contra o ato da retenção. É ela. E ela acontece logo no começo do ano. Então, a evasão no Brasil acontece. Se nós observarmos, o aluno vai mal no primeiro bimestre e vai se afastando e pronto, acabou-se. O Brasil ainda não possui na sociedade uma cultura – e o Deputado Adelino Follador está aqui me alertando – muitos já não vão voltar nunca mais. Temos que apressar a viagem, com

certeza. Mas, assim, o que os indivíduos pensam sobre educação, já tivemos até políticos, no passado, dizendo que não precisava estudar para enriquecer. E hoje nós estamos numa batalha ferrenha para manter o vínculo. Isso é importante. O que vai acontecer depois... o Estado de São Paulo, o grande Estado de São Paulo, que possui uma megaestrutura, eles estão avaliando com 11 anos de defasagem depois desses dois anos. Rondônia não será diferente. Agora, afirmar, "ah, o ano de 2020 é um ano perdido!", acredito que não. Tem que ver para quem foi perdido, porque tem um conjunto que está bonito na foto, na rede social, e antes nós dizíamos "hashtag agora vai" e eles dizem "hashtag agora foi". Então, são respostas que nós nem sempre olhamos pelo mesmo viés. Eu sei que todo mundo olha do viés do "todos", precisamos de uma regra que acampe todos. Mas eu já informei hoje, aqui, que nem na aula presencial nós temos todos os estudantes. O grau de evasão na Educação brasileira, ainda circunda em torno de 17%. E isso, é da educação superior à educação básica, nos dois níveis.

Plano de Aplicação de Recursos foi falado aqui. E eu já disse aqui para o meu vizinho, o Deputado Adelino Follador, que alguns recursos é um pouco complicado querer fazer a transposição deles para outras ações. Alguns, facilmente e possivelmente se pode fazer. Mas, tem alguns, principalmente esses que são do Fundeb, nós temos que ter muito cuidado com eles.

E também gostaria de responder que o pregão foi feito. A escola está comprando da Ata de Registro de Preço. Agora, a escola não era acostumada a manipular isso. Depois, nós não podemos, o grande problema é o ato da entrega, porque se a Seduc comprar, acontece do mesmo jeito que aconteceu com o álcool em gel, em líquido, 16 carretas transportando

um produto. E já chegou isso em muitas regiões; em outras, não. Mas, está adquirindo. E tem pessoas e tem empresas que participam do pregão, ganham, mas se negam a entregar na Secretaria de Estado ou fazer a divisão. Então, a própria unidade que está adquirindo, ela, o endereço dela e aquela empresa tem que entregar lá.

A plataforma, isso eu já falei.

O Brasil passa por um problema. Não é o Estado de Rondônia. O País passa por um problema que envolve Educação. Então, todo o mundo educacional está na luta, em busca de soluções. Nós temos um exemplo horroroso, aqui do lado. O Estado do Amazonas, eu até disse numa reunião do Gaepe, "eu quero ver a experiência no que vai dar.", 24 de setembro o Estado do Amazonas abriu. Voltaram as aulas, escalonado. Poucos alunos nas salas de aulas. Vinte dias depois, 300 professores e profissionais de Educação doentes, 30 mortos. Foi onde que eles pegaram? Ninguém sabe. Mas, foi dito que foi na escola. São problemas a se administrar. Eu entendo, Deputado Eyder Brasil, que com todas as vênias possíveis, "nada foi feito" é uma afirmação um tanto quanto pesada. "Nada" é uma afirmação um tanto quanto pesada. Fizemos muita coisa. Muita coisa foi feita, até álcool em gel, líquido, máscara para municípios, já estão entregues. "Nada" é muito vazio.

Nós não podemos, a Seduc possuía, quando nós assumimos em 2019, 751 servidores. Hoje, nós possuímos 520. Só estão 10% dos servidores no CPA. Então, nós não temos massivamente, como a afirmação "que está todo mundo no CPA trabalhando". Não está. Inclusive, nós passamos uma vergonha. Não sei se a Dra. Flávia estava presente na audiência pública que aconteceu, que o Tribunal de Contas apertou para fazer uma audiência pública e fizemos. O Deputado Lazinho da Fetagro, on-line, participou, e uma

centena de profissionais da Educação, de populares, de pais, escreveram: "se eles têm tanta segurança, por que estão fazendo esse evento on-line?".

São decisões, nós precisamos ver. Os alunos da iniciativa privada e, alto lá, existem "n" iniciativas privadas. Existem as grandes redes: Objetivo, Sapiens, Classe A, Mineiro e tudo mais, Dinâmico, em Ariquemes, e existe um conjunto que, inclusive, já fechou a porta, que não tem nem condições de adquirir materiais. Mas esse exemplo, ele não é tão favorável. Nós temos um meio poder, aqui, que está todo aparelhado. Pegar foto daquela escola, com certeza vai dizer "está aprovado". Eu tenho participado de reuniões públicas onde se afirmam "o lugar mais seguro para se estar é numa escola". Com certeza. Mas, quem está afirmando isso, desconhece o que é um adolescente, e quando voltarem, a saudade é grande. Abraço, aperto, a falta de uso de máscara. E mais: os adolescentes são intocáveis. Ninguém pode pegar no braço deles "você está aqui, bote a máscara", ainda apanha. Eu fui diretor de escola pública de ensino médio por 10 anos. O professor Nilson, que está ali, 16 anos dirigindo escola. Eu respondi no MP de Rondônia quase 20 processos por causa de orientação educacional. Então, não pensem que vai ser "facinho". E mais: nem todos os alunos da rede pública possuem família. Tem mais essa briga para informar. Em grande maioria, ele é o chefe de família. Ele é quem canta a carta. Muitos deles já usam armas e tal. Nós não estamos conversando o número massivo. É obediente? Sim. Mas tem um quantitativo, uma porcentagem relativamente grande, de pessoas que são bastante arredias. E vai vir. Esses são os que querem vir e se vierem, acreditem, não obedecem às regras. Não é tão fácil.

Uma outra coisa: o aluno da escola privada possui plano de saúde: Unimed, Ameron, o escambau. O aluno da

escola pública é SUS. E, caso ocorra alguma coisa, o Estado, nós seremos crucificados por conta disso. E eu entendo, particularmente, com todo o respeito, são forças bastantes, com argumentações bastante poderosas, que nós temos que respeitar. Entretanto, eu particularmente não me sinto seguro, mesmo nas escolas que já estão todas aparelhadas.

Além do mais, o transporte escolar dos alunos é feito de forma para o efeito de economicidade Estado e município. O Ministério Público e o Tribunal de Contas fizeram uma pesquisa. Os municípios ainda não estão todos aparelhados. Nós não podemos deixar o pessoal deles para trás. Aí seria criar prefeitos que assumiram municípios agora que receberam não tão organizado como deveriam receber. Tudo isso precisa ser ponderado.

Nós habitamos Rondônia, um Estado de temperatura praticamente equatorial. Sala de aula, porta fechada, ar condicionado, concentração, pessoas, 49 metros quadrados, 10 alunos dentro e um professor. Já perdeu a força da voz pelo fato de estar usando o protetor facial. Com o afastamento, o aluno lá do fundo vai viver gritando que não está ouvindo nada. E aí começa toda uma situação desconfortável. Nós precisamos estudar bem essa questão do Estado de Rondônia. E, contribuindo, vai ter a central de ar fazendo zoadá também, ajudando também.

O Estado, Deputado Eyder Brasil, entrou – e eu acho que o Secretário Fernando Máximo sabe informar isso até melhor que eu –, o Estado, teve uma reunião com o Secretário Júnior, e o Estado entrou com um pedido para colocar entre as essencialidades o conjunto de servidores da Educação. O Estado entrou com isso lá fora, mas, infelizmente, até agora não sei, não sei se o Dr. Fernando Máximo pode explicar se conseguiu vencer essa causa ou não.

Eu já procurei o meu parceiro, o Secretário Júnior Gonçalves está de Covid-19, e quem está atendendo é uma moça e ela não soube me trazer a resposta.

Laboratório de Ciências foram adquiridos 111 com recurso do ano de 2019. E a complementação ficou para o ano de 2020. Isso é planejamento. O recurso já saiu carimbado para isso. Nós estamos, neste momento, providenciando conectividade junto à IPTV, que já atende ao Estado do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e uma parte está entrando nos Estados Unidos agora. E ela contrata localizado. Onde tem Oi, ela contrata Oi; onde tem Tim, ela contrata Tim. Os alunos são atendidos com conectividade para pagar o que se consome exatamente pela operadora que tem próximo dele. Isso aí já está... Ela, inclusive, a IPTV forneceu ao Estado 5 meses de gratuidade para que nós possamos fazer uma experiência com ela, que também os Estados de Paraná, São Paulo, Santa Catarina fizeram.

Crianças com depressão. A meu ver, nós temos um conjunto de seres humanos que realmente estão passando por problemas, não só crianças – adultos, profissionais de todas as áreas. Mas estão vivos. Mas tem um conjunto de famílias em Rondônia que estão depressivas por perdas, e isso é irreparável. Eu posso ensinar, em 2022, 2023 – eu ou outro Secretário qualquer –, continuar investindo em Educação e trabalhar com seres humanos lá na frente, se eles estiverem vivos. Aqueles que perdemos, infelizmente, é uma batalha que não tem saída para nós.

O recurso de transporte, eu já falei.

A discussão sobre os estudantes fiscais, é um pouco complexa. O Tribunal de Contas possui o aluno, eu faço parte, estou no controle, e Ministério Público possui e a Controladoria da União possui o programa Aluno Auditor.

Acreditem, teve casos já de nós sermos chamados porque estamos desvirtuando a adolescência. Não é tão fácil lidar com isso.

Deputado Chiquinho, dar melhor condições aos professores, é um objeto nosso agora. Estamos na luta. Eu já falei da IPTV e na quantidade de notebooks que estão chegando para serem entregues. Já até chegou uma parte, e já, já chega o resto, e nós vamos entregar.

Com referência a nossa nota, o Valmir me passou aqui, só para vocês terem uma ideia, nós já tivemos, o Estado de Rondônia teve o Ideb de 2009 – o resultado saindo em 2010 – de 3.7, o ensino médio. E em 2011, eu tenho muito que agradecer à Assembleia Legislativa, a todos os senhores deputados pelo fim da Lei da Democratização nas Escolas, porque no momento em que os diretores foram eleitos, pessoas que não tinham as habilidades devidas venceram as eleições e o Ideb de Rondônia caiu em 2011 para 3.0. Permaneceu, em 2013, 3.0; 2015, 3.0 – Governador exonerando gente aí, não adiantava. Em 2017, com a correção de fluxo, subimos para 3.8. E agora, em 2019, já no Governo do Coronel Marcos Rocha, juntando a correção de fluxo, que a queda no quantitativo de reprovações e o investimento em plataformas e tudo mais, nós subimos para 4.3. Somos a sexta melhor nota no Brasil, e na Amazônia somos a melhor redação. Repetiu, com pandemia e tudo. Agora, nós temos alunos com nota 980 novamente, e uma chuva, inclusive, nas regiões de todos os deputados, inclusive o Deputado Cirone, o Deputado Adelino, tem gente aí bonita na foto.

Eu não sei como é que fica a questão dos ônibus do Dr. Confúcio, que é o que o Deputado Cirone perguntou, o Deputado Chiquinho também perguntou, mas eu posso informar o que já aconteceu. A Deputada Jaqueline Cassol, os delas já chegaram 21 aqui e os outros estão sendo, o do Senador

Confúcio Moura, estão sendo já liberados. Os 21 da Deputada Jaqueline já estão em Rondônia, na região da Zona da Mata, e os do Dr. Confúcio estão chegando, que são R\$ 12 milhões só para ônibus, e já estão chegando também. Estamos processando. O Estado de Santa Catarina, que não abria mão de ICMS, junto ao Confaz, abriu mão, e aí a ata voltou a valer. Estamos aguardando talvez uma outra ata agora, porque as empresas... Naquela outra ata lá, deputado, eles não respeitaram mais e disseram que não vendiam mais por aquele preço.

O Deputado Jhony Paixão falou a respeito da equipe da engenharia, que é a mesma argumentação do Deputado Cirone. Eu queria informar aos senhores, que também nós temos essas oito pessoas. Estamos sendo bastante questionados. O Dr. Confúcio fez um bem para a Seduc, deixando à disposição da Seduc a possibilidade de esses oito assessores, e na Secretaria da Saúde também, manteve engenheiros lá – não é, Dr. Fernando Máximo? Porque DER e Obras nunca deram conta disso. O Estado é grande, entendeu? E desvia... Então assim, nós estamos lutando. O Estado de Rondônia construiu 160 salas de aulas em dois anos de trabalho, 44 refeitórios, 22 auditórios, quase 20 blocos de banheiro, tudo isso e tem recurso de Emendas dos senhores pelo meio, entendeu? Nós nunca construimos tanto.

Agora, tem engenheiro duro? Tem. Por quê? Porque corre na Draco um processo contra ações que envolvem o Proafi Adicional. Então, os engenheiros estão apertando as empresas. Imaginem os senhores que nós pegamos, em uma região aí, janelas diminuídas o padrão do projeto, faltando colunas e tudo mais, muros em que a profundidade da coluna tinha que ter 1,20 metros, só estava com 60, 70 centímetros. Então, tudo a engenharia tem que engrossar mesmo, porque se não engrossar, as pessoas que estão

querendo ganhar dinheiro fácil e isso existe, todo mundo sabe disso, tem muita gente agora. Nós estamos soltando uma Portaria para acabar com o chamamento. Daqui para frente vai acontecer na licitação aberta. Os projetos que estiverem feitos por empresa, a ARP que vai trabalhar de projetos serão ágeis. Agora, a licitação, porque foram encontradas algumas dificuldades que, infelizmente, nos obrigam a sermos um pouco mais duros.

Plataforma para nivelamento. Isso nós já estamos providenciando. Hoje, a Seduc, por meio da BNCC, o Brasil, nós só estamos inseridos no Consed e na Educação Nacional, já luta, já trabalha para padronizar a ementa curricular e acabar com essa diferença que existe, em um lugar se ensina uma coisa, no outro outra. O aluno é inteligente em uma escola, na outra já não é mais. Então assim, estamos buscando emparelhar essas coisas para, mas isso é uma questão brasileira. O livro didático foi quem criou essas barreiras para a sociedade, da educação brasileira. Mas hoje nós já estamos padronizando por meio da BNCC e isso vai encerrar na educação brasileira.

Espero ter contribuído de alguma forma e, preparado para a tréplica.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente. Vamos mudar para o Secretário de Saúde.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Só para nós fechamos aqui com o Secretário Suamy. Eu fiquei com duas questões aqui, Secretário Suamy, bem na dúvida.

O SR. EYDER BRASIL - O senhor está muito econômico, viu Deputado Cirone?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Eu estou econômico, mas duas questões: primeiro da engenharia. É justamente isso que eu estou pedindo para o senhor: mais eficiência da engenharia. Por isso que eu quero a engenharia lá nas regionais, para a engenharia estar perto dos projetos, fazer um estudo de todas essas escolas. Por exemplo, na minha região tem em torno de 35 escolas, para não existir puxadinho. Se nós contratarmos uma empresa para fazer o contrato, você vai falar: "eu quero que faça o processo de 3 salas de aulas", o cara vai lá e faz 3 salas de aula, continua os puxadinhos. Então, a ideia é que a Seduc contrate temporários para deixar nas regionais e ele dar assistência nessas escolas dos municípios, fazendo um projeto de qualidade, vistoriando as obras, estando acompanhando o que o cara está aplicando de material, se o material é de qualidade. Aí nós vamos ter um dinheiro bem aplicado da Educação. Ao contrário, com o pessoal aqui em Porto Velho, indo de vez em quando lá para baixo, esquece, nós não vamos ter qualidade e vai ficar sempre esses puxadinhos, escolas gastando muito com má qualidade.

Então, fica aqui o meu pedido, que o senhor sente com a Casa Civil, sente com o Governo, ache uma solução para nós contratarmos esses temporários e colocar na região, ponto. Isso aí não vamos abrir mão disso.

A situação dois é sobre a questão do transporte escolar. Inclusive, se cogitou aqui nos corredores desta Casa que existia um processo, vendo se houve influência no transporte escolar por parte de quem votou isso e eu estou muito tranquilo para cobrar isso, porque não tenho

envolvimento nenhum e a minha preocupação é justamente pela educação. O senhor falou "não, nós não temos legalidade para pagar um serviço que não foi prestado.". Concordo. Mas, ao mesmo tempo, o governo propôs que ele pagava os funcionários das empresas e depois, pelo mesmo tempo de 6 meses que o Governo Federal pagasse, ele tinha que manter esses caras, esses servidores, desculpa, empregados. E como que o cara vai pagar isso se ele não tem faturamento nenhum? Manutenção dos carros, troca de pneu, tudo isso. Ele tem que pagar do motorista e do que acompanha lá, que se chama "monitor". E não existe uma definição disso aqui, Secretário Suamy, entre o Tribunal de Contas e a PGE e a Seduc.

Então, eu pediria ao senhor que fizesse um documento ao Tribunal de Contas para vocês sentar e resolver essa celeuma. Porque aí fica esta Casa pressionada, a Seduc pressionada, os prefeitos pressionados, os empresários postando aqui ações judiciais contra as empresas, os funcionários querendo receber acerto, Deputado Adelino Follador, e a gente fica no meio desse fogo cruzado. Então, eu gostaria que o senhor se empenhasse nisso aí junto à PGE da Secretaria, que a gente fosse bastante diligente nessa situação.

E em relação aos engenheiros, só para finalizar. Gostaria que o senhor realmente visse isso aí: o engenheiro civil, o elétrico e o arquiteto fizessem obra de qualidade, porque eu quero continuar na parceria com o governo. Eu não quero estar lá cobrando escola tal, fazendo Indicação, indicando isso para o Ministério Público acompanhar, Tribunal de Contas, não. Nós podemos fazer isso aqui como parlamentar, como Governo do Estado, como Seduc, nessa tratativa amistosa que a gente sempre tem e todo esse respeito que eu tenho pelo senhor e pelos servidores da

Educação. Meu trabalho é fiscalizar e propor soluções e eu estou propondo uma solução razoável para a Secretaria.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem, Presidente. Eu gastei a tinta da minha caneta, não foi à toa, não é?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Não. Você tem bastante dúvida, não é? Mas o Deputado Adelino Follador tem aqui uma... Tinha pedido Questão de Ordem, Deputado?

O SR. EYDER BRASIL - Não, claro, vou dar...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Porque nós já estamos às 10h15 da noite e o Secretário de Saúde ainda não falou nada.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Nós vamos...

O SR. ADELINO FOLLADOR - Ele ficou até agora, eu acho que nós tínhamos que dar oportunidade de ele expor, porque senão, daqui a pouco não tem mais ninguém. Estamos só em cinco. E eu tenho que sair. Então a Sessão vai acabar, vai ficar sem nenhum deputado aqui.

O SR. EYDER BRASIL - Não, tudo bem.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Então eu deixo o Secretário de Saúde falar e depois o senhor resume.

O SR. EYDER BRASIL - Tudo bem, Deputado Adelino. Eu só queria terminar de fazer um apontamento, até mesmo para esgotar o tema e, de repente, se o Secretário Suamy quiser fazer a contestação dos meus apontamentos, a gente pode subir no meu gabinete, não tem problema ficar um pouco mais. É o meu trabalho, eu estou aqui para isso, estou aqui para falar, para fiscalizar e fazer as devidas cobranças que eu acho que são necessárias. Se o Secretário quiser, fique à vontade, lá tem álcool em gel, tem o aferidor da temperatura - como é que é o nome lá? - de medir a temperatura corpórea. Lá tem todo o protocolo de segurança.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Está com a palavra, Deputado.

O SR. EYDER BRASIL - Obrigado, Presidente. Aqui uma das coisas que o Secretário disse foi que não dá para agradar a todos, mas infelizmente, Suamy, o Secretário está agradando só a quem não quer aula. Não está oportunizando a quem tenha segurança... E aqui eu queria fazer um apontamento que eu tinha escrito ali e não fiz. Três semanas atrás, eu fiquei muito triste com a fala do Deputado Luizinho Goebel, ele não está aqui, mas eu vou falar porque é público, foi pública a Sessão, ele falou que o projeto de lei que estabelecia que as aulas presenciais fossem essenciais deveria ser um projeto, que foi uma movimentação do governo para o arquivamento dele, porque se fosse criado, o Estado iria ficar numa situação muito ruim.

Porque como é que a sociedade, principalmente da rede pública, não ia ter acesso à aula, e quem fosse da rede privada, teria? Ia ser uma pressão muito forte sobre o Governo, pelo retorno das aulas. E o Governo do Estado não estava preparado para o retorno das aulas. E aí eu não acreditei, porque já se passou mais de 1 ano. Enfim, dessa forma que está hoje, só quem está se beneficiando é quem não quer a volta às aulas. Quem tem segurança de mandar o seu filho para a escola está sendo penalizado. Ok. Salas de aula, 10 alunos por sala de aula. O senhor já deu o diâmetro da sala de aula, no início da sua fala o senhor falou que teria que ver o estudo das salas de aula, o senhor já tem o estudo. São 49 metros quadrados, segundo a vossa fala, e seriam 10 alunos de forma gradual. Eu acredito que isso é muito menos que muitas repartições públicas por aí. Isso é muito menos que muitos mercados por aí. Isso é muito menos que as próprias drogarias que tem por aí. A priorização dos profissionais de educação, então, não foi feita pela Seduc. Foi feita pelo Governo do Estado e 2 semanas antes de o governo publicar, o próprio técnico do Ministério da Saúde – me corrija o Fernando Máximo se eu estiver errado –, Cascavel, que trabalha diretamente com o Ministro da Saúde, disse que os profissionais de Educação e os profissionais de Segurança Pública estariam sendo priorizados, que iniciariam segundo o PNI - Plano Nacional de Imunização, já no início de abril. O próprio Governo Federal, através do Ministério da Saúde, refez o PNI. E assim, dando carta branca aos Estados fazerem também as suas alterações nos seus planos estaduais. A educação a gente vê depois. Em suma, foi o que eu vi aqui. Ano que vem a gente repõe as aulas. Se não der no ano que vem, em 2023. Isso não pode. Eu... me custa acreditar nisso.

Então, fecha a Seduc. Não tem porque o senhor estar lá. Não tem porque os técnicos estarem lá. Se educação a

gente vê depois, porque o Estado está pagando o salário de todos os profissionais de Educação, se educação, a gente vê depois? Acredito que isso, então, é uma improbidade administrativa que o governo está fazendo. Pagando o salário de alguém que não está trabalhando em sua área fim. Fica muito complicado eu ouvir isso, Suamy. E com todo o respeito que eu tenho pela sua história como professor, pela sua história como docente, "Educação a gente vê depois"? Não é por aí. Em suma, todas essas horas que nós passamos aqui, Deputado Cirone, foi isso que ficou. O discurso de morte não cabe mais. Já estamos com mais 300 mil mortes no Brasil. Essas pessoas não retornam mais para as nossas vidas. A dor que eu sinto pela morte do meu pai é incurável, mas a vida continua. E nós que estamos vivos aqui, temos que trabalhar para dar normalidade às vidas. A Educação e a Saúde são as maiores pastas de qualquer Estado e de uma nação, e têm força suficiente para dar estrutura para os profissionais da Educação, para os alunos retornarem às aulas. "Educação a gente vê depois", é muito forte para um professor.

Eu, em que pese todo meu sentimento, minhas condolências por quem já perdeu um ente querido, assim como eu perdi meu pai, mas nós que estamos vivos... Eu vi o Fernando Máximo, sexta-feira, no drive-thru lá em Ariquemes, aspecto de cansado, de exausto, mas é de quem está trabalhando dia e noite para buscar combater a pandemia. Se "educação a gente vê depois", a gente pode fazer uma orientação legislativa para o Governador fechar a Seduc, porque não tem cabimento, não tem cabimento, infelizmente. Se tivesse um adjunto - e aqui eu quero escrever só um pensamento -, se a Secretaria tivesse um adjunto fora do grupo de risco, poderia estar rodando mais este Estado, verificando as especificidades de cada cidade, de cada município. Retorno gradual, escalonado, híbrido, eu

acredito que ainda é a porta de saída para essa problemática. E ainda mais, eu quero aqui fazer uma orientação ao governo, que seja um adjunto fora da classe educacional, que seja um gestor que tenha outra visão, que tenha outro aspecto, outra ótica do problema. Porque se nós colocarmos lá um professor, muito possivelmente terá a mesma concepção: "educação a gente vê depois", infelizmente.

E aqui deixo as portas do meu gabinete, Suamy, para, após a reunião, se o senhor quiser subir no 7º andar, a gente tomar um café, conversar, dialogar um pouco mais, estou aberto. A minha fiscalização não é da pessoa, do CPF do Suamy, mas a minha indignação é da gestão da Seduc. Que fique bem claro aqui que não existe nenhum problema pessoal da minha parte com você. É questão apenas de falta de planejamento e de execução. Falta de planejamento e de execução. E eu volto a repetir, o aspecto que eu vi do Fernando Máximo na sexta-feira, tipo assim, aquilo que o soldado gosta de ver, está lutando, está brigando, está fazendo as coisas acontecerem. É testagem em massa, é distribuição de kit, é drive-thru, rodando os municípios, disponibilizando kit para que as pessoas possam saber se estão ou se não estão.

Porque o meu exemplo é muito claro, eu poderia estar transmitindo vírus durante o período que eu peguei a Covid, mas porque eu fiz um teste precoce, eu descobri que estava com a Covid e fiquei de quarentena. E, hoje, muitas pessoas, por não testarem, acabam sendo disseminadoras do vírus. Isso não é na escola, não é apenas na escola, isso não é no comércio, é em todos lugares. Volto a repetir que o requisito *sine qua non* para você ter a Covid é você estar vivo.

Muito obrigado, Presidente. Desculpe se eu me alonguei nas minhas palavras, mas é apenas para dizer e contribuir, na minha visão, naquilo que eu vejo. De repente, pode ter outra ótica, "deputado, isso aqui dá para fazer, isso aqui não dá", e a gente constrói. O Parlamento está aqui para isso. O senhor agradeceu à Assembleia nesses últimos dois anos, porque tudo que veio para a Educação nós aprovamos, porque nós acreditamos na Educação.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Deputado Eyder Brasil. Questão de Ordem só para o nosso Secretário Suamy. Logo depois do Suamy, nós vamos ouvir aqui as considerações do nosso Secretário de Saúde, que pela terceira vez ele está nesta Casa, e vai ter que virar deputado, porque está junto conosco aqui.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - E ele tem que ir trabalhar, ainda à noite, não é?

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Então, quero aqui passar a palavra para o Secretário Suamy.

O SR. SUAMY VIVECANANDA LACERDA ABREU - É que na vez passada o Secretário Fernando Máximo apanhou sozinho, eu só assisti, das 11 até as 18h. Então hoje fizemos, mudamos de posição.

Bom, a meu ver, as posições são antagônicas. A meu ver, deputado, embora eu não tenha falado da forma como o senhor expressou a frase "a educação a gente vê depois", eu disse que posteriormente nós vamos continuar ensinando. Os

professores estão trabalhando, com todo sacrifício eles estão trabalhando. Então, a educação está acontecendo.

Pela forma como o senhor expressa a opinião, nós precisaríamos fechar o EAD no Brasil inteiro, porque ela só funciona de forma remota, à distância. Mas eu prefiro entender... Ela é ofertada para quem não consegue passar no vestibular na universidade pública ou nos cursos concorridos vai lá e faz. Mas eu não gostaria de entrar no mérito dessa discussão.

Eu gostaria de dizer que também não concordo com a afirmação de que o Estado, o Deputado Luizinho Goebel talvez não tenha usado a melhor forma de afirmar. Eu vejo, eu apresentei números aqui, quantitativo de escolas que está preparada é grande, é muito grande. O município que está menos preparado é Porto Velho. E por que Porto Velho? Porque o que aconteceu com Porto Velho nos últimos anos – todos os deputados que frequentam as escolas de Porto Velho, e o senhor é um, o senhor até ajudou a construir ali, no Barão de Solimões, um auditório nas escolas de Porto Velho – foram abandonadas pelas repúblicas que governaram o Estado de Rondônia no passado. Essa é outra discussão que não cabe aqui, nós entrarmos na discussão dela, na análise dela. Mas, eu diria para os senhores, Porto Velho possui um quantitativo de 20% das escolas do Estado, mas nós temos já recuperadas diversas delas e vamos continuar recuperando.

Os professores, volto a afirmar, estão trabalhando, sim. Eles fazem jus ao salário deles. Eles não pediram para nada disso acontecer. Eu não gostaria, porque depois, ninguém será solidário ao Professor Suamy quando o acidente, o hecatombe acontecer. Porque, quando vem a situação, a rebordosa, quando vem, todo mundo sai de perto e ele não conseguiu fazer a coisa. Eu nem discuto a questão

do adjunto, porque isso, embora o senhor insista em afirmar que tem a ver com a minha pasta e tudo mais, quem me nomeou foi um Governador de Estado, que nomeou o Dr. Fernando Máximo. Quem nomeia é o Governador do Estado. E eu já conversei com ele sobre isso e ele não, entende que lá na Sejus, a Casa Civil, um bocado de lugar, se colocar, é bomba de novo. Problemas de novo. Sim, eu penso que nós precisamos de paz para trabalhar. Nós precisamos. Os Secretários produzem muito mais quando eles estão em paz, do que estar com alguém que está remando em contrário – que é sempre o que aconteceu –, todos esses processos que existem na Educação, entre o ano de 1999 até o ano de 2018, são brigas internas da própria Secretaria de Estado da Educação. Teve governos que tiveram sete Secretários de Educação pelo quantitativo de contendas internas que tiveram. Mas, assim, são opiniões e eu vou deixar o meu amigo Fernando Máximo falar, porque está na hora dele.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) – Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Saúde Fernando Máximo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Obrigado, Deputado. Boa noite a todos. Cumprimento, o Presidente Deputado Cirone Deiró, na pessoa do qual cumprimento o Deputado Eyder Brasil, Deputado Chiquinho da Emater, os demais deputados; o Deputado Marcelo Cruz, está presente; Deputado Adelino Follador, Deputado Alan Queiroz, Deputado Dr. Neidson, Deputado Jhony Paixão; todos os deputados presentes.

O SR. MARCELO CRUS (*Por videoconferência*) – Estou presente, meu Secretário, estou aqui te ouvindo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Acabei de falar o nome do senhor, Deputado Marcelo Cruz. Muito bom. Todos os servidores da Assembleia Legislativa, servidores da Agevisa; Dr. Edilson, Dra. Flávia, servidores da Seduc, Secretário Suamy; todos os presentes, senhoras e senhores, boa noite.

Vou respondendo, aqui, as perguntas, então. O Deputado Eyder falou sobre a questão do PNI, que houve uma mudança para os professores. Mas, essa mudança não foi oficializada, Deputado. O Ministério não oficializou isso. Continua valendo o PNI, e os professores estão na sequência para serem vacinados. Nós estamos, agora, terminando de vacinar acima de 60 anos. Está se vacinando 65 a 69 anos, segunda dose; 60 a 65 anos a primeira dose ainda; e vacinando também os profissionais de segurança. Poucos ainda, menos de 10% recebeu, aproximadamente recebeu a primeira dose. Depois, o próximo passo, as pessoas que têm comorbidades. São cerca de 120 mil pessoas, me corrijam se eu estiver errado, estou falando aqui de cabeça, mas são 120 mil pessoas. Ainda de 60 a 65 anos são mais de 65 mil rondonienses, e já foram vacinados cerca de 3 mil. Então, depois desse 120 mil com comorbidades, aí vão entrar nos profissionais da Educação. E se me perguntar se o profissional de Educação tem prioridade, claro que tem. Ontem, estive com a gente o pessoal da Receita Federal, que está atendendo ao público todos os dias, e "a gente precisa ser vacinado", com certeza. Já foram os frentistas dos postos de combustíveis. Já foram os taxistas, os motoristas de Uber, já foram motoristas de ônibus. Eu entendo que todos têm prioridade. Todos precisam. Estão lidando com pessoas o tempo inteiro.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Dos Correios, Secretário.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Dos Correios também. Os portadores de algumas necessidades especiais, os portadores de deficiência renal crônica, os doentes renais já estiveram com a gente. Todos são prioridades. Sinceramente, eu acho que todos são prioridade. Agora, o difícil é ter quantidade de doses suficiente. Infelizmente, as doses, as vacinas não estão e não é no Brasil, é no mundo. Eu estava vendo matérias, ontem, da França, da Austrália, não tem vacina. Eles estão reclamando. E muitas vezes a gente critica o Brasil que o Brasil está um dos piores, e não é. O Brasil está entre os melhores do mundo na vacinação ainda. Está entre os 40 melhores. Só na Europa tem mais países ricos. Fora os demais países, como Japão, como Estados Unidos, Coreia do Sul, Canadá, Austrália, Nova Zelândia. Então, são muitos países, e de 200 países, o Brasil está entre os 40 primeiros. Não é tão ruim assim. É porque a gente está acostumado muito a criticar, mas está com dificuldade o mundo inteiro de ter vacina.

Então, o problema é que não tem vacina. O ideal era ter mesmo vacina, a rodo, aí para a gente vacinar todo mundo. Eu, por exemplo, profissional de Saúde, médico, estou dentro dos hospitais - o senhor falou do drive-thru-, estou em todos os drive-thrus, dentro dos hospitais. Hoje estive no Hospital de Campanha, na UTI. Essa semana estive no Hospital do Cemeton, dentro da UTI, visitando paciente, e não tomei nem a primeira dose da vacina. Não tem vacina suficiente. Então, é uma questão difícil. Difícil. Concordo que é extremamente complicado, porque é a nossa vontade. A gente está vendo o reflexo positivo da vacinação dentro das UTIs. Diminuiu muito o percentual de pessoas acima de 80

anos e o percentual de profissionais de Saúde dentro das UTIs. Isso significa que está tendo reflexo positivo, porque foram os primeiros a serem vacinados lá atrás. Daqui a pouco a gente começa a não ter mais pessoas acima de 70 anos, de 65 dentro das UTIs, e assim gradativamente vai. Reflexo positivista. Vacinação. Reflexo positivo da vacinação. Claramente eu observo dentro das UTIs. Eu estou lá como médico, como Secretário dentro das UTIs sempre, e eu estou observando isso.

O Deputado Chiquinho perguntou sobre terceira onda. Terceira onda procede? Infelizmente, Deputado, procede. Na Europa já tem indícios – na Alemanha, na França – de terceira onda. O Secretário do Amazonas deu a entrevista a semana passada preocupado, porque ele já sente o movimento lá e ele acha que o Amazonas daqui a 40, 50 dias já vai ter a terceira onda. Especulação? Deus abençoe que seja. Deus abençoe que seja especulação, porque aguentar uma terceira onda... Agora, como a vacina está acontecendo, como a vacinação está acontecendo e está surtindo efeito, a gente acredita que talvez aconteça na Europa, mas aqui nós teremos mais, aí, 90 dias, 60/90 dias para vacinar as pessoas. E agora, semana que vem, já tem uma notícia boa que a gente está dando em primeira mão aqui na Assembleia: já teremos vacina da Pfizer, que é aquela vacina de difícil armazenamento por causa da temperatura baixa e tal, mas já tem vacina.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER – Só na capital? **(fora do microfone)** .

O SR. FERNANDO MÁXIMO – Como? Só na capital. Só na capital por enquanto, mas já é alguma coisa. Não tinha para

lugar nenhum, já é mais gente sendo vacinada com um terceiro laboratório.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Sobra mais dose para o interior. **(fora do microfone)**.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Sim, sobra mais dose para o interior. Então, eu acredito que: procede terceira onda? Acredito que sim, na Europa. Mas, com fé em Deus, não vai chegar aqui, do ponto de vista de que nós vamos vacinar as pessoas a tempo e, com fé em Deus, não vai ser essa catástrofe que foi essa segunda onda, não é?

O Deputado Chiquinho perguntou ainda qual era o percentual de óbitos dos pacientes nas UTIs no nosso Estado e o percentual de pacientes que eram intubados. Dos pacientes internados nas UTIs, não estou falando clínicos, da forma como o senhor perguntou, este ano de 2021, 39% foram a óbito. Isso é péssimo. Morrer uma pessoa é horrível, mas 39% das pessoas que entram nas UTIs indo a óbito, não é um número tão exagerado. A questão é que em Rondônia nós tivemos muitos casos. Essas cepas novas que chegaram, que vieram do Amazonas, P1 mais a P2, mais as outras 4 cepas, que são 6 que chegaram aqui e provocaram uma grande disseminação do vírus e muitos casos novos. E isso, obviamente, quanto mais casos a gente tem, mais pessoas internadas nas UTIs e mais óbitos. Mas nós temos hoje, dentro das UTIs, 39%.

Intubados, dentro das UTIs: 64% das pessoas que entraram nas UTIs no Estado de Rondônia foram intubados. Ou seja, 36% conseguiram não precisar intubar, fazendo

ventilação não-invasiva, a máscara de VNI. Então, isso era respondendo à pergunta que o Deputado Chiquinho nos fez.

O Deputado Cirone parabenizou pelo transporte aéreo intraestadual, ou dentro do Estado. E, assim, a gente também teve um trabalho bacana, Deputado, de levar pessoas daqui para fora do Estado. De UTI, o governo custeando isso, para não deixar as pessoas morrerem naquele momento que a gente não tinha leito de UTI, tinha fila. A gente mandou aproximadamente 100 pacientes. Um por um, transporte aéreo de UTI para o Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e, agora por último, para Manaus, para o Amazonas. Então, trabalho árduo.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Caro. **(fora do microfone)**.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - O Deputado falou uma palavra: caro, não é? Tem um custo alto, mas, assim, vou pegar o número exato para o senhor agora de quantas pessoas foram transportadas tanto de UTI aérea quanto de aqueles transportes que o Ministério da Saúde nos ajudou fazendo: 161 pacientes foram levados para fora do Estado; 115 voltaram vivos. Estão curados. Fala assim: "houve um investimento?" Houve um investimento alto.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Quantos salvos? **(fora do microfone)**.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - 115 salvos. Não tem dinheiro que pague, não é? Não é verdade? Então, assim, o Governador

Coronel Marcos Rocha pediu: "não deixa as pessoas. O máximo que der para salvar, salva. Bota avião para transportar.". E a gente colocou aí e, graças a Deus – até me emociono de falar isso –, mas, assim, é muito bacana ver essas pessoas voltando vivas. Então, realmente, é muito gratificante.

O Deputado Cirone falou ainda do convênio do cateterismo de Cacoal. Nós já tivemos algumas conversas sobre isso há muito tempo. Lá tem uma empresa que é filantrópica, não é? A Asdaco (Associação São Daniel Comboni), que é uma associação filantrópica que presta um serviço fundamental, espetacular, lá em Cacoal. E a gente estava fazendo um convênio com essa empresa, e ela não tem fins lucrativos. E ela estava com dificuldade, parece, de executar o serviço, e estava passando para outra empresa privada com fins lucrativos. E aí, na hora de firmar o convênio, a Procuradoria sentiu uma fragilidade nisso e acabou pedindo que não fosse feito esse convênio. A gente teve que mudar a modalidade, começar do zero, com o termo de referência, e tal, para poder levar para fazer um contrato. Agora está bem encaminhada essa questão da contratação, mas o problema que nós tivemos, e foi demora mesmo, e o Deputado tem toda a razão de falar no custo de trazer um paciente de lá para cá, mas não é nem só o custo, não é só o custo financeiro, é também o custo social. A pessoa pode ter o problema resolvido lá. Mas isso está se encaminhando.

Aí o Deputado falou da tomografia, que estava quebrada, e aí eu já pedi aqui resposta para os técnicos para me ajudarem nessa resposta, que a tomografia realmente estava quebrada, o Deputado tem razão. E foi feito, então, um processo seletivo – desculpa, Deputado, estou puxando a mensagem aqui que foi enviada agora há pouco, e aí eu estou

pegando aqui -, que já foi feito o processo e a empresa já vai começar a executar novamente a...

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). **(fora do microfone)**

O SR. FERNADO MÁXIMO - Não, na verdade é uma execução terceirizada, Deputado. É uma execução, então a empresa já vai começar... Só queria achar a data correta aqui, que eu não estou conseguindo achar nas mensagens aqui. A empresa foi habilitada hoje, e amanhã já sai com a elaboração do contrato. Então, hoje foi a habilitação da empresa para resolver o problema da tomografia de Cacoal.

E ele falou ainda do cronograma de vacinação, que eu parcialmente respondi ali para o Deputado Eyder. Então, a gente não terminou de vacinar os profissionais da Saúde ainda. A primeira dose, a grande maioria, quase 99% já foi vacinada. Segunda dose: mais de 70% já foram vacinados, os profissionais de Saúde. Já vacinamos aí cerca de 10%, ou um pouquinho mais, os profissionais de segurança, com a primeira dose. E aí estamos entrando agora 60-65 anos, que estão com mais de 65 mil pessoas, já foram aproximadamente 3 mil vacinados com a primeira dose; 65 a 69 anos, com a segunda dose, está terminando agora. E aí entra nas pessoas com comorbidades: são cerca de 120 mil. E aí vêm os profissionais de educação, e aí segue normalmente o PNI.

O Deputado ainda perguntou... Ah, a vacinação com os portadores de necessidades especiais: eles vão entrar nesse grupo de aproximadamente 120 mil pessoas do Estado de

Rondônia com comorbidades, que é logo depois que terminar esses 60 a 65 anos.

O SR. EYDER BRASIL - Só uma Questão de Ordem, Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Pois não, Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Só para entender, o PNI, os profissionais de educação estavam junto com os profissionais de segurança pública, e aí o senhor está me falando que vacinou parte dos nossos policiais militares, que estão na quarta fase, não na fase prioritária. Então, discricionariamente, o governo vai de encontro ao PNI e imuniza a parte dos militares. Mas não vai de encontro ao PNI para imunizar os profissionais de educação. A gente tem cobrado que os prefeitos façam as imunizações, que não é competência do Estado. Então, nós temos aí em torno de 30% das vacinas sendo armazenadas, alguns prefeitos guardando para a segunda dose. E as pessoas cobram do Estado e o Estado fala: "não é da minha competência vacinar". E nós vimos ações do governo vacinando.

Então assim, fica mais uma vez lamentável de ver, Fernando, que uma hora o governo atende o Governo Federal e cumpre a legislação, e outra hora ele descumpre. É por isso que eu falei agora há pouco que a gente vê uma grande movimentação de não vacinar os profissionais de educação. A minha fala aqui vai ser nesse sentido, porque, como fiscal do povo, legal, eleito para isso, Presidente Cirone Deiró, vocês estão se contradizendo a todo tempo. O PNI, que é o

Plano Nacional, diz que os profissionais de segurança estão na quarta fase, junto com os profissionais de educação. Vocês dizem que não é competência de o Estado vacinar e, em seguida, vocês dizem que vacinaram os profissionais de segurança pública, contrariando duas vezes o que vocês estão falando, o primeiro que o PNI não fala... Eu acredito, eu fiz Indicação para que também os profissionais de segurança, e eu acho que é importantíssimo, é prioritário. Concordo. Mas, assim, por que pode para um, e não pode para o outro? Por que não é de competência de o Estado vacinar, e ele vacinou? Então assim, fica realmente chato a gente ter que indagar, arguir isso nesse sentido, mas vocês estão se contradizendo.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Na realidade, Deputado, o Ministério da Saúde fez uma norma técnica para vacinação dos profissionais de segurança, Forças de Segurança, Forças de Salvamento e Forças Armadas. A Norma Técnica 297 do Ministério da Saúde, onde ele sugeriu que fossem vacinados esses profissionais e colocou 4 critérios principais. O primeiro dos critérios é que estivessem fazendo transporte de pacientes com Covid. Então, os Bombeiros, por exemplo, que estavam levando pacientes para fora do Estado, nos aviões, com Covid, ou as ambulâncias transportando paciente com Covid, fossem vacinados. Além disso, quem estivesse no resgate pré-hospitalar entra também, principalmente os Bombeiros. Depois aqueles que estivessem agindo diretamente na execução da vacinação. Os profissionais de segurança, e não são todos que foram vacinados, só os que estão agindo diretamente na vacinação. E o quarto grupo, os agentes que estão envolvidos nas ações de vigilância - obrigado, Edilson -, que são aqueles que estão diretamente

trabalhando: Bombeiros, policiais militares e civis aqui em Rondônia.

O SR. EYDER BRASIL - A Patrulha Covid.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - A Patrulha Covid. Então, essa foi uma norma técnica do Ministério da Saúde. Então, a gente não fugiu do PNI, está obedecendo exatamente o que sai. Acontece que tem o PNI e, eventualmente, vem uma norma técnica falando "vacina esse grupo agora.". E a gente tem seguido.

Quanto à questão da vacinação. Durante dois dias, o Governador, por ser policial, o Governador queria, de forma muito justa, homenagear os policiais, os bombeiros que estão trabalhando na linha de frente, seja transportando pacientes, policiais penais que transportam pacientes com Covid do Sistema Penitenciário para hospitais; Polícia Rodoviária Federal que está trabalhando diretamente com a vacinação tanto quanto a Polícia Federal, Polícia Civil que tem um grupo que trabalha diretamente com a Polícia Militar e com os Bombeiros nas ações de vigilância. Então, ele por ser policial, ele queria fazer isso no CPA e ali tinha a presença da prefeitura. A prefeitura autorizou, foi um acordo feito com a prefeitura, então tinham profissionais da prefeitura ali e o Estado organizou naquele local.

O SR. EYDER BRASIL - Eu usei as minhas redes sociais para parabenizar o Governador, principalmente porque tinha sido também Indicação nossa, que os profissionais de segurança pública fossem vacinados, porque acreditamos também que eles estão na linha de frente. A gente fica só

nesse estado que estamos agora porque parece que, realmente, é uma grande má vontade. Essa é a palavra. É uma grande má vontade de reabrir ou pelo menos oportunizar que uma pequena parte da nossa população escolar tenha acesso às aulas. É somente isso. Mas, inclusive eu parabenizei porque, inclusive, atendeu uma Indicação nossa. Isso, politicamente é importante. Mas a gente tem que ver como um todo, o cenário.

O SR. FERNANDO MÁXIMO - Perfeito. E dos profissionais, concordando com o que o senhor está falando, Deputado, dos profissionais da segurança, das Forças Armadas, ainda tem o Exército Brasileiro que transportou muitos pacientes para a gente, fizeram o transporte para fora, a Força Aérea Brasileira, e assim, eles não foram vacinados todos ainda. Começou a vacinar. Aproximadamente 10% deles foram vacinados com a primeira dose ainda. Qual é o problema geral? Não ter vacina. Se tivesse vacina a gente teria vacinado os profissionais de saúde tudo no começo. Nós estamos a três meses vacinando profissionais de saúde e não terminou ainda. Teria vacinado todos os idosos, não conseguiu vacinar ainda. Esse é o detalhe. Se tivesse um pouco mais de vacinas, vacinaríamos todos os professores, aliás, segurança pública e professores e aí já entrava para as comorbidades.

Então assim, o maior problema é exatamente não ter vacina suficiente. E não é Rondônia, não é Brasil. É o mundo inteiro que está com essa dificuldade quanto à vacina.

O Deputado Marcelo Cruz falou a questão dos óbitos das crianças. Deputado, foram 36 óbitos durante a pandemia. Deixa eu dividir por faixa etária aqui para o senhor. De 0

a 4 anos foram 19; de 4 a 9 anos foram 3; de 13 a 17 anos foram 15. Então, no total, o Deputado Marcelo Cruz havia questionado, foram 36 crianças.

E eu acho que foram essas dúvidas, pelo menos foram as que eu anotei aqui, se tiver mais alguma, a gente está aqui pronto para responder. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ (Presidente) - Obrigado, Secretário Fernando Máximo. Eu quero só reforçar, Secretário Fernando, em relação a esses contratos que essas empresas ganham aí, essas licitações, que eles cumpram aquilo que eles ganharam. Se o cara ganhou uma tomografia de 16 canais, ele coloque uma tomografia de 16 canais, senão nós estaremos pagando por um serviço que é bem mais caro e o cara prestando um serviço mais barato e sem qualidade.

Eu quero aqui agradecer a todos os servidores da Assembleia Legislativa que estão aqui até às 22:48. Estamos aqui desde às 15 horas. Agradecer a cada um de vocês pelo trabalho, pela paciência, mas avançamos bastante. Foi importante o Secretário de Saúde aqui conosco, o Secretário de Educação. Muitas perguntas a se fazer, muitas perguntas sem resposta, agora o Secretário vai se debruçar sobre o que foi argumentado aqui, as indicações que os deputados fizeram, o trabalho. Nós vamos continuar vigilantes em relação a isso para que a gente possa avançar.

Eu quero aqui também agradecer ao Presidente do Tribunal de Contas. Hoje eu fiz uma fala aqui, falando sobre que nós precisamos avançar nos terrenos que foram distribuídos, doados, feito concessões no Estado de Rondônia, nos municípios. E vários municípios estão tendo dificuldade de legalizar esses terrenos. Prontamente, o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Paulo Curi, mandou

uma mensagem. Ele estava assistindo à Sessão, já se colocando à disposição para nós avançarmos no tema e disse que, também, o Tribunal de Contas se reuniu e eles aprovaram aí, um planejamento estratégico para o Estado de Rondônia. E os objetivos da estratégia do Tribunal de Contas é o desenvolvimento regional ao lado da educação e da integridade. Então, fica aí o nosso deferimento ao Presidente, que está acompanhando a Sessão. Este Parlamento é a voz do povo que ecoa as necessidades da sociedade rondoniense, e o Presidente do nosso Tribunal aí, participando e assistindo essas Sessões.

Eu quero aqui agradecer ao Nilson e ao nosso amigo Valmir, servidores da Seduc, prontamente aqui, auxiliando nosso Secretário Suamy. Obrigado, Suamy, por estar aqui esclarecendo, tirando as dúvidas, para que nós possamos avançar. Quero aqui agradecer à Dra. Flávia, Edilson, da Agevisa, e agradecer aqui também ao nosso Secretário Fernando Máximo, pelos esclarecimentos aqui na Casa de Leis. Aos deputados que estão presentes, Deputado Marcelo Cruz, Deputado Eyder Brasil, Deputado Chiquinho, os demais deputados que participaram desta Comissão Geral aqui, dessas dúvidas que foram tiradas aqui para ouvir os nossos Secretários.

Neste momento, desfazemos aqui a Comissão Geral.

E, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção e Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 4 de maio, no horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 22 horas e 51 minutos)

(Sem revisão dos oradores)